

Leis de “terceira geração” contra a lavagem de dinheiro

Comissão de Assuntos Econômicos deve votar nesta terça-feira pacote de projetos que visa modernizar legislação contra o crime.

PÁGINA 3



CÉLIO AZEVEDO

Propostas serão examinadas pelos integrantes da CAE na forma de substitutivo de Pedro Simon

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

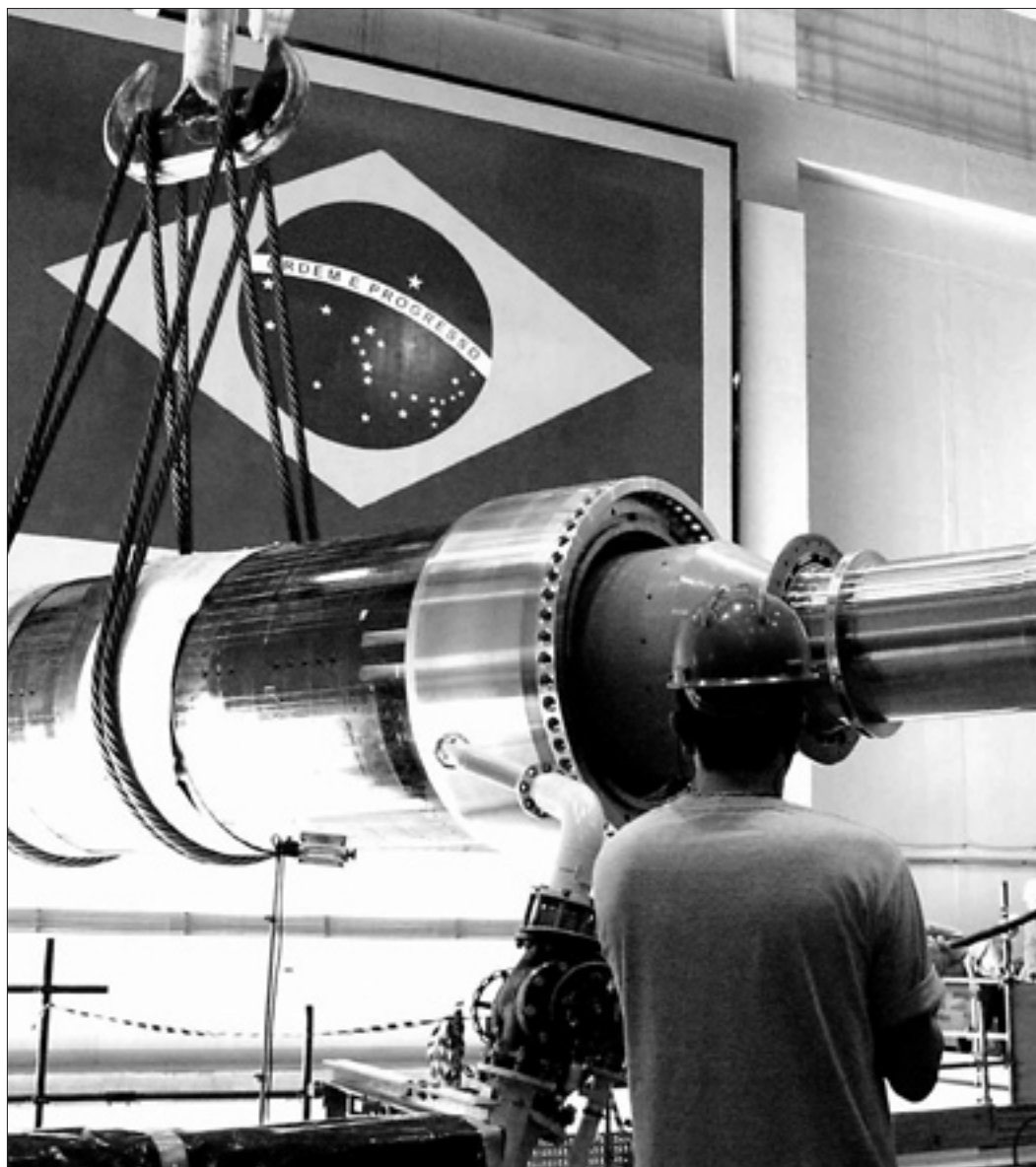
Ano XIII – Nº 2.559/120 – Brasília, 26 de março a 1º de abril de 2007

EDIÇÃO SEMANAL

Vetos de Lula geram reação no Congresso

Parlamentares começam a analisar recusa do presidente da República em sancionar partes de propostas aprovadas pelo Legislativo; mudanças nos projetos da Super-Receita e da recriação da Sudam e Sudene são as mais polêmicas

PÁGINAS 4 E 5



ELETRONUCLEAR

Acima, rotor do gerador da Usina Nuclear de Angra dos Reis, no Rio: alternativa para o Brasil?

País pode voltar a investir em energia nuclear

PÁGINA 15

Projeto vira receita para combater obesidade infantil

PÁGINAS 10 E 11

Down: o desafio de destruir as barreiras do preconceito

PÁGINA 18

Plenário celebra o legado de Darcy Ribeiro

PÁGINA 19

cidadania

Transtornos alimentares atingem jovens

Valorização excessiva da aparência pela moderna cultura ocidental, que impõe a magreza como padrão de beleza, faz aumentar os casos de transtorno alimentar. Em países industrializados, 93% das mulheres e 83% dos homens estão preocupados com a aparência e trabalham para melhorá-la. Jovens constituem a parcela mais vulnerável

PÁGINA 24

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

FRASES

VOZ DO LEITOR

AGORA É LEI

Página 21



JUSTIÇA Substitutivo de Pedro Simon a projetos contra lavagem de dinheiro busca modernizar legislação do país

Combate à corrupção na pauta da CAE

Inserir o Brasil entre os países que possuem a chamada “terceira geração” de leis no combate à lavagem de dinheiro, ou seja, mais modernas e eficazes, é a proposta do pacote de projetos que tratam do assunto e que pode ser votado nesta terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos, na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A proposta é considerada avançada, sobretudo quando, já inicialmente, propõe a extinção do rol de crimes antecedentes, descritos no artigo 1º da Lei 9.613/98, e que tipificam posteriormente a lavagem de capital. Agora, pelo substitutivo, a lavagem de dinheiro pode ser caracterizada pela utilização de atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que, sabidamente ou não, sejam provenientes de qualquer infração penal (crime ou contravenção).

– Vale lembrar que hoje quem tenta ocultar ou dissimular a origem de valores provenientes de sonegação fiscal não comete crime de lavagem de dinheiro, pois sonegação não se encontra no rol de antecedentes. Uma consequência

da alteração será a multiplicação de ocorrências criminosas de lavagem de dinheiro no mercado – diz Pedro Simon.

A ampliação do escopo criminal e do leque de investigações com relação à lavagem de dinheiro altera a proposta inicial do projeto de lei (PLS 209/03), de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que propunha a inserção de mais alguns crimes na lista dos antecedentes.

Mas, para o parlamentar, a proposta do relator, que é também sugestão do Departamento de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça, é interessante por ampliar as possibilidades de

investigação.

– Não temos a ilusão de acabar com o crime organizado e com toda lavagem de dinheiro no país, mas podemos dificultar pela legislação que isso venha a ocorrer – afirma Valadares.

De forma geral, quando se lavam recursos, tenta-se fazer com que produtos de crime pareçam ter sido obtidos legalmente. Para isso, são utilizadas múltiplas transações, em especial pelo crime organizado, que movimentam valores relacionados a entorpecentes, armamentos, contrabando e outras atividades ilegais. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) é de que cerca de US\$ 500 bilhões sejam “lavados” por ano, algo em torno de 2% do PIB mundial.

Pena máxima passaria de dez para 18 anos

Pelo substitutivo, a penalidade máxima passa de dez para 18 anos e, nos casos de prisão preventiva, o réu não poderá obter liberdade provisória mediante fiança e nem poderá apelar em liberdade, ainda que seja primário e tenha bons antecedentes.

A proposta também aumenta o valor da multa, que deixa de ser de 1% e vai até o dobro do valor da operação, ou até 200% do lucro obtido ou que seria obtido com a operação ilícita, e ainda fixa em até R\$ 20 milhões o valor a ser pago.

Uma proposta que deve gerar polêmica quando da votação na CAE é a que permite ao Ministério Público orientar ou coordenar a investigação de autoridade policial, sendo auxiliado pelo Banco Central, Receita Federal, Comissão de Valores Mobiliários e Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Isso porque alguns senadores não concordam com essa ingerência sobre a atividade policial, em especial durante o inquérito.

Lei facilitaria recuperação de dinheiro desviado do país

O Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça, colaborou com a elaboração do substitutivo ao Projeto de Lei 209/03.

Entre as propostas, está justamente a de acabar com o rol de crimes antecedentes à lavagem de dinheiro, substituindo-os por todas as infrações penais, sejam elas crimes ou apenas contravenções.

O DRCI trabalha para a recuperação de dinheiro enviado ao exterior de forma ilícita, assim como de recursos provenientes de atividades criminosas, como as relacionadas ao tráfico de entorpecentes e de armas, corrupção e desvio de verbas públicas.

O Ministério da Justiça é acionado sempre que o Ministério

Público ou a Polícia Federal identificam alguma conexão internacional.

Pela cooperação jurídica internacional, o DRCI consegue pedir o bloqueio de bens ilícitos no exterior. Mas, para que seja feita a repatriação, é preciso que o processo tenha transitado em julgado no Brasil, ou seja, que já tenha sido esgotada toda forma de recurso judicial.

Desde a criação do departamento, em 2004, foram registrados 483 casos de recuperação de ativos.

Conforme levantamento divulgado pela Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e Recuperação de Ativos (Encla), o número de inquéritos saltou de 32, em 2002, para 359, em 2005. Nesse mesmo período, o total de réus passou de 83 para 652.



Pedro Simon prevê multiplicação de ocorrências de lavagem de dinheiro com nova legislação



Antônio Carlos Valadares diz ser possível dificultar a ação do crime organizado

Dados do Coaf podem ter valor de prova

O crime de lavagem de dinheiro foi formalizado no Brasil em 1998, quando da criação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que tem o dever de colaborar com os órgãos de investigação na análise das comunicações de operações suspeitas, sejam elas oriundas de denúncias ou de natureza obrigatória.

O substitutivo que altera o PLS 209/03, do senador Pedro Simon, determina que as informações fornecidas pelo Coaf possam ser usadas como elementos probatórios nos processos judiciais e que não serão consideradas violações de sigilo.

Em 2005, o Coaf recebeu mais de 29 mil comunicações de operações suspeitas, 221% a mais que no ano anterior.

O maior crescimento foi registrado com as factorings, que, de forma geral, compõem um sistema de cobranças de vendas a prazo. Algumas dessas empresas frequentemente aparecem na lista das comunicações que acabam gerando relatórios do conselho para melhor investigação dos órgãos policiais ou do Ministério Público, segundo informações do órgão.

Com a Resolução 13/05, do Coaf, que explicitou melhor as obrigações das factorings junto ao conselho, no que se refere às informações que essas empresas deveriam obrigatoriamente prestar sobre as operações atípicas, o número de comunicações passou de 27, em 2004, para 12.892 no ano seguinte.

Das comunicações feitas ao Coaf em 2005, foram gerados

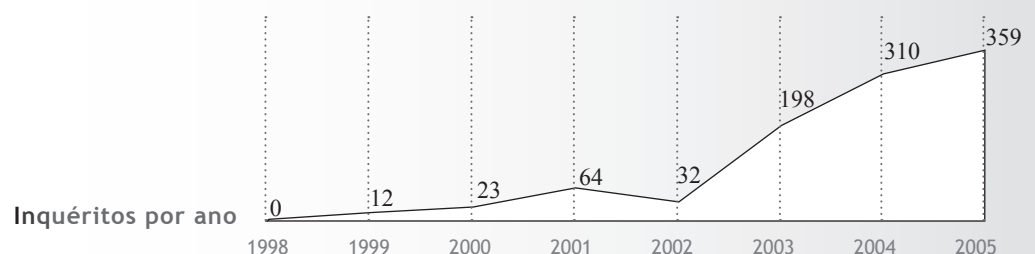
1.324 relatórios de ofício ou em intercâmbios, envolvendo quase 10 mil pessoas. Os números não podem ser qualificados proporcionalmente, porque em um relatório podem estar inseridas mais de uma comunicação de situações incomuns.

A maior parte dos casos (38,22%) analisados envolve movimentações financeiras entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões. O órgão também mantém intercâmbio com unidades de inteligência financeira no exterior. No ano passado, 32% das consultas recebidas pelo Coaf foram de Portugal. E, entre as consultas realizadas pela instituição, 25% estavam relacionadas aos Estados Unidos, 9% ao Uruguai e o mesmo percentual às Ilhas Cayman e 7% às Ilhas Virgens Britânicas.

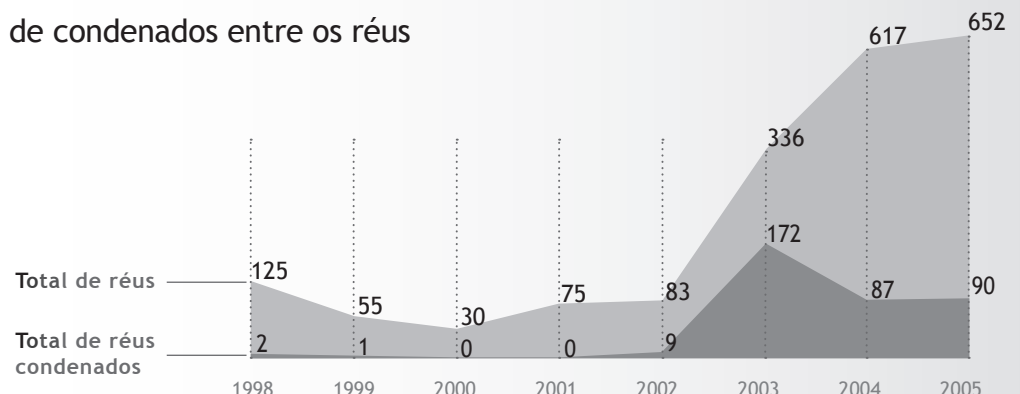
Comunicações de operações recebidas pelo Coaf

Operações atípicas (art. 11, II, b, da Lei 9.613/98) em setores regulamentados pelo Coaf	1998 a 2002	2003	2004	2005	Total
Bingos	2.254	19	7	0	2.480
Compra e venda de imóveis	2.287	619	630	750	4.286
Factoring	84	1	27	12.892	13.004
Jóias, pedras e metais preciosos	9	0	1	0	10
Loterias e sorteios	382	140	84	101	707
Objetos de arte e antiguidade	1	1	2	0	4
Subtotal	5.217	780	751	13.743	20.491

Nº de inquéritos por lavagem de dinheiro



Total de condenados entre os réus



Fonte: Relatório de Atividades - Coaf (2005)

CONGRESSO

Parlamentares iniciam exame de vetos de Lula

A crise deflagrada pelo veto do presidente Lula à Emenda 3, da lei que criou a Super-Receita, já interferiu nas votações no Senado e levou à convocação de sessão do Congresso para que fosse dado conhecimento aos parlamentares dessa e de outras 27 leis vetadas nos últimos meses, inclusive as que recriam a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Enquanto os líderes da oposição defendem a derrubada do veto à Emenda 3, parlamentares da base governista anunciam o envio ao Congresso de projeto para melhor regulamentar a questão.

A Emenda 3 retira dos auditores fiscais da Receita o poder de desconsiderar contratos entre duas pessoas jurídicas se ficar patente que uma delas é formada por apenas um profissional,

supostamente encobrendo uma relação trabalhista disfarçada de prestação de serviços. Atualmente, além de acusar a burla das leis trabalhistas, o fiscal pode autuar e multar a empresa que contratou o prestador de serviços por meio de um contrato entre pessoas jurídicas.

A mudança inserida pela Emenda 3 se destina a transferir o poder de tomar essa decisão somente à Justiça do Trabalho. Aprovada por ampla margem na Câmara e no Senado, a medida foi vetada pelo governo sob o argumento de que seria inconstitucional por transferir prerrogativas do Executivo para o Judiciário, como afirmou na semana passada o novo advogado-geral da União, José Antonio Toffoli, em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Segundo Toffoli, promulgada, a medida poderia vir a ser contestada no Supremo Tribunal Federal (STF).

Enquanto líderes empresariais se mobilizam para restabelecer os efeitos da Emenda 3, representantes das centrais sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical, entendem que a medida leva à precarização das relações de trabalho, com a substituição da contratação com carteira assinada pela prestação de serviços por meio de pessoas jurídicas, sem direito a férias, 13º salário ou Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), vale-transporte, vale-alimentação ou assistência médica.

O deputado Paulinho da Força (PDT-SP) esteve com o presidente do Senado na semana passada para expressar o entendimento de que a derrubada do veto significará “jogar a legislação trabalhista na lata do lixo”.

– Vamos voltar à escravidão. Isso é o retorno da barbárie às relações de trabalho – disse o deputado.

Governo apresenta alternativa à Emenda 3

Conforme prometido na semana anterior, o governo enviou ao Congresso projeto de lei em substituição à Emenda 3 (PL 536/07), que vai tramitar em regime de urgência na Câmara. De acordo com o texto, os auditores fiscais continuariam com o poder de notificar empresas suspeitas de contratar outras pessoas jurídicas como forma de encobrir relações trabalhistas.

E a autuação, com cobrança de imposto não pago e multa, seria feita depois de transcorrido prazo para a empresa apresentar sua defesa.

Para o governo, essa foi a fórmula encontrada para permitir a fiscalização, tendo em vista que a Emenda 3 transferia para o Judiciário a responsabilidade de desconsiderar contratos entre empresas que encobrissem relações de trabalho.

O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), entende que a proposta abre caminho para a discussão de uma reforma trabalhista no país.

– A relação de trabalho entre uma pessoa jurídica unipessoal e uma empresa constituída vem crescendo. Não podemos criar uma política fiscal que aniquile as relações de trabalho tradicionais – alertou Jucá.

Ele espera que a proposta abra o debate com os setores interessados para encontrar uma solução capaz de atender a todas as partes.



Para Dornelles, projeto do Executivo não mantém espírito da emenda

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), lembrou que a derrubada do veto pode não resolver a questão.

– Não é um problema fiscal, é um problema de relação trabalhista. É preciso evitar abusos

mascarando relações de trabalho e eliminando direitos trabalhistas.

A oposição, porém, não desistiu da ideia de derrubar o veto. Assim

Jucá: “Não se podem aniquilar relações de trabalho tradicionais”

como os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o líder do PFL na Câmara, deputado Onyx Lorenzoni (RS), confirma que seu partido está disposto a restaurar a Emenda 3.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que o projeto do governo não mantém o espírito da Emenda 3. Para ele, o fiscal da Receita não pode desconsiderar um contrato entre duas empresas, e essa decisão, como previa a emenda, deve ser tomada pelo Judiciário.



Renan recebe sindicalistas, preocupados com implicações da emenda ao projeto da Super-Receita

Sudam e Sudene ganham apoio de 28 senadores

Na esteira das reclamações contra o veto do presidente Lula à Emenda 3 da lei que criou a Super-Receita, 28 senadores se reuniram na última semana com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir a imediata apreciação dos vetos às leis que trouxeram de volta a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O relator do projeto de recriação da Sudene, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), considera que os vetos impedem o funcionamento dos órgãos da forma como o Congresso aprovara, com ampla maioria de votos. O presidente “vetou tudo que era essencial”, critica.

– Os vetos são realmente um assassinato. Queremos recriar a Sudene, não matá-la – disse Antonio Carlos, que é presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Dias depois da reunião com Renan, a presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), senadora Lúcia

Vânia (PSDB-GO), anunciou que as bancadas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se mobilizarão pela derrubada dos vetos, coordenadas, respectivamente, pelos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Lúcia Vânia entende que o trabalho da sua comissão fica prejudicado sem que haja, preliminarmente, uma decisão sobre os vetos. Ela lembrou que no

ano passado foram realizadas audiências públicas em cidades do Norte e do Nordeste, todas elas favoráveis à recriação dos órgãos.

– Esses vetos mutilam os projetos e fazem com que os parlamentares da área de desenvolvimento regional se sintam desmotivados. Essas superintendências não são uma demanda só das regiões, mas também do próprio Senado – afirmou.

Além de lutar pela derrubada

dos vetos, Jonas Pinheiro declarou que vai buscar apoio das demais bancadas para aprovação do projeto de lei (PLC 119/06), em exame na CCJ, que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – que passou a semana mobilizando parlamentares contra os vetos à Emenda 3 e aos projetos que recriam a Sudam e a Sudene – se diz confiante na derrubada.



Grupo de senadores reivindica imediato exame de vetos a projetos de superintendências

Jucá anuncia projetos para órgãos regionais

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que o Ministério da Integração Nacional vai enviar ao Congresso propostas alternativas aos vetos do presidente às leis que recriam a Sudam e a Sudene. Segundo ele, a volta dos órgãos é iniciativa do próprio governo, autor dos projetos originais ao Congresso. Porém, pontos das matérias aprovadas pelo Congresso, frisou, foram objeto de ressalva por parte do ministério.

– Nós vamos trazer a proposta para a reunião de líderes para que não seja necessário derrubar os vetos.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) apontou para a possibilidade de negociação com o Executivo, mas Antonio Carlos Magalhães e Lúcia Vânia disseram que, mesmo abertos à negociação, não estão confiantes na alternativa sugerida pelo governo.

CONGRESSO Contradições no modelo institucional implantado pela Constituição de 1988 preocupam senadores

É difícil, mas possível, derrubar vetos

O veto do presidente Lula à parte do projeto de lei da Super-Receita que determina caber à Justiça decidir se há relação de trabalho na contratação de uma empresa de apenas um profissional por outra – a Emenda 3 (veja página ao lado) – voltou a chamar a atenção para outro tema que expõe contradições no modelo institucional da Constituição de 1988: a análise dos vetos presidenciais pelo Congresso.

Na prática, a votação dos vetos às medidas aprovadas pelos parlamentares é exceção à regra. Nos últimos seis anos, o Congresso realizou três sessões com esse fim, sendo que as duas últimas se limitaram à derrubada dos vetos aos reajustes de 15% para servidores da Câmara, do Senado e do Tribunal de Contas da União.

Em consequência, 879 trechos de leis vetados pelo presidente aguardam decisão do Congresso. Eles se referem a 140 leis, já que o presidente pode vetar parte do texto (um artigo ou inciso) ou todo o seu conteúdo.

A culpa pela não apreciação dos vetos recaiu, na semana passada, à sistemática definida no artigo 66 da Constituição, pelo qual os vetos devem ser apreciados em sessão conjunta do Congresso (em que deputados e senadores participam). A derrubada do veto é ainda mais difícil, uma vez que requer quórum qualificado, a maioria absoluta dos deputados (257) e dos senadores (41), em votação secreta.

Mesmo que seja difícil derrubar um veto, a experiência mostra que não é tarefa impossível. Até por isso, para garantir que os vetos seriam votados, a Constituição determina que, 30 dias depois de o presidente do Congresso dar conhecimento do veto em sessão conjunta, eles passam a trancar a pauta do Congresso. Porém, na prática, esse dispositivo da Constituição não é observado. Caso contrário, não seria possível seguir votando matéria de natureza orçamentária, importante para o funcionamento de todos os órgãos dos três Poderes.

Quando a Constituição não é respeitada, é ao Supremo Tribunal Federal (STF), o “guardião da Constituição”, que se deve recorrer. E isso foi feito em seis

oportunidades, nos últimos anos, quando mandados de segurança foram protocolados na corte para garantir que o Congresso cumpra a Constituição e vote os vetos.

Porém, o Supremo rejeitou todos os pedidos de liminar que solicitavam a análise dos vetos, sob o argumento de que não há risco de perda de “direito dos parlamentares, na medida em que há vetos muito antigos, que datam de 1994 e, mesmo assim, o direito a deliberar sobre eles não pereceu”.

Se na decisão liminar, os ministros do Supremo não viam urgência em mudar a sistemática atual, no mérito os mandados de segurança nunca foram julgados, fazendo com que a situação que envolve a relação entre os Poderes perdure de 1988 até hoje.

Parlamentares apelam a questões de ordem

O problema já foi matéria também de questões de ordem formuladas por parlamentares, para que a Constituição e o Regimento Comum do Congresso sejam observados. Na semana passada, foi a vez do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que alertou o presidente do Congresso para a “insegurança jurídica” decorrente da não votação dos vetos. Renan Calheiros argumentou que está promovendo diligências para rever a situação, como a votação de uma mudança na Constituição (veja matéria abaixo).

Ainda assim, Jungmann recorreu à CCJ da Câmara para que seja dada uma solução ao problema. Foi esse o caminho, em questão de ordem similar, seguido pelo então deputado e hoje senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Na ocasião, Mercadante recorreu da decisão do então presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). A CCJ da Câmara, porém, jamais concluiu a análise da questão de ordem de Mercadante.

– A não apreciação dos vetos deixa em aberto o processo legislativo. Em tese, a qualquer momento, o Congresso pode derrubar um veto e mudar completamente as relações jurídicas estabelecidas na sociedade, em alguns casos, há uma década – afirmou o consultor legislativo do Senado Ronaldo Vieira Júnior.



Renan (E) reúne líderes para solucionar impasse gerado por veto parcial a projeto da Super-Receita

Proposta que muda rito volta à pauta

Tendo em vista o imbróglio jurídico que se tornou a apreciação dos vetos, o Congresso resolveu tratar do problema objetivamente na última semana, quando o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes decidiram retirar da gaveta a proposta de emenda à Constituição do senador Marco Maciel (PFL-PE) que muda a apreciação dos vetos pelo Congresso (PEC 57/05).

– São muitos vetos acumulados para apreciação. Marcar uma sessão do Congresso para examiná-los, por si só, não resolve o problema, porque a maioria presente em Plenário pode decidir reduzir o quórum da sessão. Nós temos é que mudar a Constituição para que esses vetos possam ser apreciados independentemente em cada uma das Casas do Legislativo, acontecendo com eles o que acontece com as medidas provisórias – afirmou Renan na semana passada.

É exatamente esse o objetivo da PEC de Marco Maciel que, para garantir a análise do veto, mantém a obstrução da pauta da Casa onde ele estiver, caso não tenha sido votado 30 dias depois de ter sido dado conhecimento dele ao Congresso.

A proposta de Maciel tem parecer da Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovado em junho de 2006. Na discussão em primeiro turno em Plenário, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou uma emenda para prever uma regra de transição com relação aos vetos cuja votação ainda estiver pendente na possível data de promulgação da alteração constitucional.

Cabe à CCJ dar novo parecer à emenda de Jucá, cuja votação está prevista para esta semana. Somente depois é que a matéria pode ser votada em primeiro turno em Plenário. Aprovada definitivamente pelo Senado, a PEC ainda vai à Câmara.

Proposta antecipa início do processo de exame

Outra proposta que altera a análise dos vetos pelo Congresso Nacional começou a tramitar na semana passada: o projeto de resolução que muda o momento em que é dado conhecimento do veto aos parlamentares (PRN 1/07). Atualmente, esse momento é a leitura do veto no Plenário do Congresso, o que muitas vezes demora meses para acontecer.

O projeto do deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) antecipa o conhecimento do veto à data da publicação no Diário Oficial da União. A partir de então, passariam a contar os 30 dias para que o veto, quando não analisado, começasse a bloquear as demais votações do Congresso.

– Alguns mecanismos de freios e contrapesos entre os Poderes da República estabelecidos na Constituição não estão sendo respeitados, ficando desequilibrados pela inércia do Legislativo de

não se manifestar sobre uma decisão do chefe do Executivo. Pode ser que isso esteja acontecendo por conta da falta de funcionalidade nas regras para análise dos vetos. As sessões conjuntas, aliás, já deixaram de apreciar as medidas provisórias em 2001. E, agora, proposta similar é feita com relação aos vetos. A sessão conjunta para análise de matérias está, aos poucos, sendo revista – afirmou o consultor legislativo do Senado Ronaldo Vieira Júnior, lembrando que, aprovada a mudança sugerida por Marco Maciel, apenas matéria orçamentária será apreciada pelo Congresso.

PEC de Maciel prevê votação separada pela Câmara e pelo Senado Federal

Projetos de iniciativa do Executivo dominam agenda do Congresso

Atualmente, são poucas as medidas capazes de se impor na pauta do Congresso, do Senado ou da Câmara. Para isso, elas dependem de determinação constitucional estabelecendo que devem ser analisadas antes de qualquer outra, sob pena de, transcorrido o prazo dado, os parlamentares não poderem se pronunciar sobre nenhuma outra matéria. Integram essa lista os projetos de lei de autoria do

Executivo para os quais o presidente da República peça urgência (artigo 64 da Constituição), as medidas provisórias (artigo 62) e os vetos (artigo 66).

Esta semana, as pautas da Câmara e do Senado estão obstruídas por dezenas de medidas provisórias, além de projetos de lei do Executivo em urgência.

Na prática, as votações do Legislativo ficam dominadas por propostas de iniciativa do

Executivo, numa proporção que especialistas apontam ser superior às dos tempos do regime militar. Segundo a tese de doutorado do professor da UFRJ Charles Pessanha, nos últimos anos apenas 14% da produção legislativa correspondem a propostas de iniciativa parlamentar. O restante é de autoria do Palácio do Planalto.

Caso a PEC 57/05, do senador Marco Maciel (PFL-PE), seja

aprovada, os vetos deixam de obstruir as votações no Congresso – como está previsto sem ser observado desde 1988 –, mas passam a bloquear a pauta da Câmara e do Senado. Ou seja, outra iniciativa do Executivo, o veto, passaria a ter prioridade nas duas Casas. Assim como no caso das medidas provisórias, o instrumento do veto é utilizado com grande frequência no país, sendo mais raros os casos de

leis sancionadas na íntegra pelo presidente.

Se cumpridas as regras atuais, seria difícil para o Congresso aprovar mudanças constitucionais, como a própria PEC 57/05, que, em tramitação ordinária, ficou de junho até novembro de 2006 aguardando o transcurso das cinco sessões de discussão em primeiro turno. Com pauta trancada, sua aprovação não tem prazo previsível.

RELAÇÕES EXTERIORES



O deputado uruguaio Roberto Conde discursa na sessão solene de inauguração do Parlamento do Mercosul, realizada no Senado brasileiro em 14 de dezembro passado

Parlamento do Mercosul dá a largada

A instalação definitiva do Parlamento do Mercosul deverá ocorrer no dia 7 de maio, em Montevidéu. A data foi definida durante encontro da Mesa da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), realizado na última segunda-feira, na capital do Uruguai, que será a sede do novo órgão de integração regional.

Durante a sessão prevista para 7 de maio, serão escolhidos o presidente e os vice-presidentes do Parlamento do Mercosul. Ao longo dos três dias seguintes, ocorrerão os primeiros debates entre os parlamentares que representarão os países do bloco. A cada mês, deverá ser realizada uma nova sessão plenária, sempre na capital uruguaia.

O Parlamento do Mercosul foi constituído durante sessão extra-

ordinária do Congresso, realizada em 14 de dezembro de 2006, em Brasília, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de delegações dos demais países do Mercosul – Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Mas somente a partir de maio terão início as sessões plenárias mensais.

A instalação do novo órgão estava prevista para março, mas foi adiada devido a atrasos na indicação de seus integrantes. Durante a primeira etapa do processo de implantação do parlamento, de 2007 a 2010, cada país integrante do Mercosul será representado por 18 parlamentares – no caso brasileiro, serão nove senadores e nove deputados.

As decisões serão inicialmente adotadas pelos parlamentares de Argentina, Brasil, Paraguai

e Uruguai – sócios fundadores do bloco. A Venezuela ainda é considerada um membro em processo de adesão. Por isso, em um primeiro momento, os parlamentares venezuelanos terão direito a voz, mas não a voto.

Até 2010, os cinco países escolherão, pelo voto, os parlamentares que participarão da segunda etapa da transição, de 2011 a 2014. Esse processo coincidirá com as eleições gerais de cada país. Após esse momento, os tamanhos das bancadas nacionais serão diferentes e levarão em conta a população de cada país.

Em 2014, finalmente, serão realizadas eleições simultâneas em todos os países do Mercosul para a escolha dos parlamentares que tomarão posse em 2015, quando estará concluída a transição para a criação do novo parlamento.

Exemplo europeu

Para o senador Marco Maciel (PFL-PE), a União Européia (UE), é o mais bem sucedido projeto de união regional, bem como um exemplo de integração, que demonstrou avanço nos processos macroeconômicos e institucionais. Ao celebrar os 50 anos de existência da UE, Maciel destacou que, em breve, a organização deverá incorporar mais três países, chegando a 30 países membros.

O sucesso do bloco, segundo o senador, deve-se a vários fatores, entre os quais a presença de grandes líderes políticos, pensadores e economistas, que formularam políticas macroeconômicas e no

campo da ciência política para a concretização da integração dos países.

O avanço institucional, disse, também foi fundamental para resolver pendências entre as nações. Três instituições foram citadas como pilares do funcionamento da UE: o Parlamento Europeu; o conselho-diretor, que funciona como conselho-executivo do bloco; e o Tribunal de Justiça, que resolve as pendências entre os países.

Ao comparar a integração econômica da UE com o atual estágio do Mercosul, Maciel aconselhou que os integrantes do bloco latino-americano busquem “entre o que os separa, aquilo que os une”.



Heráclito (C), preside reunião da CRE que ouviu os diplomatas Vieira de Souza (E) e Raul Taunay

Novos nomes para Portugal e Zimbábue

A legalização de imigrantes, a regularização do exercício de algumas profissões e o reconhecimento de títulos acadêmicos estão entre os desafios do relacionamento entre Brasil e Portugal para os próximos anos, segundo o futuro embaixador brasileiro em Lisboa, ministro de primeira classe Celso Marcos Vieira de Souza. A mensagem presidencial contendo a indicação de seu nome recebeu na última quinta-feira parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), juntamente com a indicação do novo embaixador em Zimbábue, Raul de Taunay.

Ao reconhecer o bom andamento das relações luso-brasileiras, Vieira de Souza observou

que Portugal manifestou o apoio à pretensão brasileira de contar com um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O relator da mensagem, senador Marco Maciel (PFL-PE), elogiou a indicação de Vieira de Souza e recordou a celebração, em 25 de março, dos 50 anos do processo de integração europeia.

Se a expectativa de vida dos portugueses chegou a 75 anos, após o ingresso do país na União Européia, os homens do Zimbábue vivem em média 37 anos, observou o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), em seu parecer favorável à mensagem de indicação do diplomata Raul de Taunay para a embaixada brasileira em Harare. Uma grave

crise econômica e política afeta atualmente o país, governado desde 1980 pelo presidente Robert Mugabe.

Em sua exposição à comissão, Taunay disse que aceitou a indicação com “espírito de missão”. Ele afirmou que pretende levar para o Zimbábue as “credenciais históricas” de uma diplomacia que tem “alicerces no paradigma da cooperação Sul-Sul”.

A comissão aprovou ainda texto do acordo, relatado por Marco Maciel, para a implementação da parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, e do Acordo de Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, celebrado em 2003 entre o Brasil e a Turquia, relatado por Romeu Tuma (PFL-SP).

Aprovado novo fuso horário para o Acre e oeste do Amazonas

A diferença entre o horário oficial de Brasília e o horário do Acre e do oeste do Amazonas deverá cair de duas horas para apenas uma. A mudança consta do Projeto de Lei 305/06, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), aprovado na quinta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A proposta, que teve como relatora a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), modifica a legislação que regulamenta a hora legal no país, aprovada em 1913. Por meio do projeto, extingue-se um dos quatro fusos horários em que se divide o Brasil. Com isso, o Acre e a porção oeste do Amazonas passam a fazer parte do fuso horário de Greenwich menos quatro horas, onde já se encontra, por exemplo, a cidade de Manaus.

Segundo a relatora, o atual fuso horário do Acre e do oeste do Amazonas tem prejudicado a integração com o restante do Brasil. A seu ver, a mudança facilitará as comunicações e o transporte aéreo para aquela região, permitindo “participação mais efetiva na vida econômica, política e cultural do país”.

Ministro da Nova Zelândia é recebido por senadores

Acompanhado dos presidentes das comissões permanentes, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quinta-feira o ministro dos Negócios Estrangeiros da Nova Zelândia, Winston Peters, com quem discutiu o estreitamento dos laços comerciais dos dois países.

Renan observou que o cenário econômico brasileiro torna-se cada vez mais atrativo para investimentos internacionais e disse que o comércio entre Brasil e Nova Zelândia tem potencial bem superior aos números hoje apresentados.

Vários senadores falaram durante o encontro, sobretudo sobre a reativação do Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia, presidido, pelo lado brasileiro, por Efraim Morais (PFL-PB). O senador afirmou que é seu propósito fortalecer o grupo a fim de que ele trabalhe pela intensificação dos laços culturais entre as duas nações. Heráclito Fortes (PFL-PI), presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), também recomendou uma integração cada vez maior entre Brasil e Nova Zelândia.

COMISSÕES



Tasso Jereissati, autor da proposta que dá aos estados o direito de decidirem pela união das polícias civil e militar

Unificação de polícias pode ser votada na quarta

A proposta de emenda à Constituição que concede autonomia aos estados para legislar sobre segurança pública e decidirem pela unificação de suas polícias Militar e Civil (PEC 21/05) está na pauta desta quarta-feira da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O anúncio foi feito pelo relator, Demostenes Torres (PFL-GO), após reunião com representantes das corporações policiais, que contou com a participação do

presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), do presidente do Senado, Renan Calheiros, e dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE), autor do projeto.

De acordo com o relator, a proposta poderá contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho das polícias e evitar a sobreposição de funções.

– Queremos evitar o desper-

dício de esforços, com a Polícia Civil trabalhando para um lado e a Polícia Militar trabalhando para um outro. Queremos acabar com o trabalho paralelo e as funções díspares dentro das polícias – disse Demostenes.

A matéria começou a ser debatida na última quarta-feira na CCJ, mas teve a discussão

Objetivo da PEC é evitar o desperdício e o trabalho paralelo

..... acompanhavam o debate.

– É possível avançar na discussão da proposta porque não estamos fazendo a unificação de uma vez só. Estamos prevendo que os estados que quiserem evoluir para um novo modelo policial poderão fazê-lo. Os parâmetros continuarão a ser estipulados pela Constituição, como a hierarquia e a disciplina – declarou Demostenes, que marcou nova reunião com os policiais para esta terça-feira.

Proposta de videoconferência vai à deliberação do Plenário

Como forma de dar maior celeridade aos interrogatórios, diminuir os custos, evitar fugas e acabar com o que ficou conhecido como “turismo de presos”, os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovaram na reunião da última quarta-feira parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) rejeitando substitutivo da Câmara a projeto de lei de Tasso Jereissati

(PSDB-CE) que determina a realização, por meio de videoconferência, do interrogatório judicial de acusado preso. Com a decisão, foi mantida a redação da proposta original, que já havia sido aprovada pelo Senado. A matéria vai agora ao Plenário,

Conforme a proposição (PLS 139/06), os interrogatórios e

audiências judiciais serão realizados por videoconferência ou outro recurso tecnológico de presença virtual em tempo real, assegurados canais telefônicos reservados para a comunicação entre o defensor que permanecer no presídio e os advogados presentes nas salas de audiência dos fóruns, e entre estes e o detento. Atualmente, o acusado é obrigado a comparecer perante a autoridade judiciária para ser interrogado.

A proposta, que altera o Código de Processo Penal (Decreto-lei 3.689/31), dispõe ainda que, não havendo condições de realização do interrogatório por meio de videoconferência, este será realizado no estabelecimento prisional em que se encontrar o detento.

Maior rigor contra o crime organizado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deu um passo a mais, na quarta-feira passada, no combate ao crime organizado, ao aprovar, em decisão terminativa, projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que define o crime organizado e estabelece a investigação, os meios de obtenção de provas, os crimes correlatos e o procedimento criminal relativos a esse tipo de delito (PLS 150/06). O relator Aloizio Mercadante (PT-SP) aceitou várias emendas ao projeto, que segue para análise da Câmara dos Deputados.

Uma das emendas troca a expressão “crime organizado” por

“organização criminosa”, definida como a associação de três ou mais pessoas, “estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas”, que praticar um ou mais dos crimes definidos na nova legislação – o tráfico ilícito de drogas, armas e partes do corpo; o terrorismo; a extorsão mediante seqüestro; a lavagem de dinheiro; o homicídio qualificado e crimes contra o meio ambiente e o patrimônio cultural.

Para todas essas práticas comandadas por uma organização criminosa, a pena prevista será de cinco a dez anos de reclusão, e multa, sem prejuízo das penas correspondentes aos demais cri-

mes praticados.

No entanto, a pena pode ser aumentada de um terço até a metade caso a organização criminosa seja constituída por mais de 20 pessoas, se houver o emprego de arma de fogo ou a participação de funcionário público, criança ou adolescente na quadrilha. Para os comandantes da organização criminosa, a pena é aumentada da metade.

O projeto permite ainda que o interrogatório do acusado seja realizado por meio de videoconferência ou diretamente na penitenciária, em sala própria, desde que garantida a segurança do juiz e de seus participantes.



Presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães conversa com João Ribeiro, Mercadante e Tuma

Investigação do crime deve ser partilhada

Também foram incorporadas ao projeto emendas do senador Demostenes Torres (PFL-GO), como a que suprime a palavra “criminal” da expressão “investigação criminal”, que assim poderá ser conduzida também por outros órgãos, além da polícia civil – que permanece, no entanto, com a exclusividade de condução do inquérito policial.

– Essa questão está sendo julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Se mantivermos o texto como está, estaremos restringindo a investigação somente à polícia civil e, assim, incorrendo em vício de inconstitucionalidade, caso

o Supremo decida o contrário – explicou Demostenes aos demais senadores.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), é importante o auxílio de vários órgãos na condução da investigação, como a Polícia Federal, o Ministério Público e o Banco Central.

– É preciso buscar a união de procedimentos e o entendimento entre as forças, não a dicotomia e a disputa, como se fossem forças concorrentes – afirmou o senador, que é delegado federal.

Na próxima semana, a CCJ deve votar uma outra proposta de combate ao crime organizado. Trata-se do projeto de lei (PLC 166/07) do

deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) que altera dois artigos do Código Penal para agravar a pena em caso de crimes praticados com a participação de menores de 18 anos e ainda dobrar a punição no caso de formação de quadrilha ou bando com envolvimento de menor de idade. Atualmente, a única causa prevista para que a pena seja dobrada é a utilização de armas pelos membros da quadrilha.

Aloizio Mercadante é autor de proposta similar, em tramitação no Senado, que poderá ser votada em conjunto com o projeto da Câmara dos Deputados.

Cadastro único de crianças desaparecidas

O Brasil poderá ter um Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, com a aprovação, pela CCJ, de substitutivo de Serys Slhessarenko a projeto de lei da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

De acordo com o projeto (PLS 211/04), o sistema será constituído por serviços estaduais de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que manterão atualizados os cadastros estaduais; e por uma coordenação federal, responsável por um cadastro nacional que deverá fazer a consolidação dos dados fornecidos pelas demais instituições.

Com base na proposta, os cadastros deverão conter todo tipo de informação relevante para a identificação da criança, como nome, data de nascimento, nacionalidade, residência, fotografia recente e com envelhecimento digital, local onde foi avistada pela última vez e instituições pelas quais eventualmente tenha passado.

Os órgãos responsáveis pelo cadastro deverão funcionar durante as 24 horas do dia, inclusive com central telefônica gratuita (0800) para que possam receber

informações que auxiliem na busca da criança desaparecida.

Segundo Serys, o Sistema Nacional de Cadastro vai possibilitar a celeridade na busca das crianças e dos adolescentes desaparecidos.

– A oportunidade da proposição é inquestionável. Aprovada, trará inestimável benefício à sociedade

– afirmou a relatora da matéria, que ainda será apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) antes de seguir para a Câmara.

COMISSÕES

ORÇAMENTO

CÉLIO AZEVEDO



Mercadante preside a CAE: para o senador, falta ao Senado capacidade para avaliar melhor as PPPs

CAE aprova adequação de PPP do metrô paulista

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), lamentou a falta de competência legislativa do Senado para examinar, de forma mais abrangente, os contratos de parcerias público-privadas (PPPs). A observação foi feita ao final da aprovação de parecer que, depois de informar a adequação do contrato de PPP entre o governo paulista e consórcio privado para a operação da linha 4 do metrô da capital, recomendou o arquivamento das informações.

Esse foi o primeiro contrato desse tipo de parceria analisado pelo colegiado desde a aprovação da lei que trata das PPPs, a Lei 11.079/04. De acordo com dispositivo da norma, cabe ao Senado, por meio da CAE, analisar se os

contratos estão enquadrados, em conjunto, nos parâmetros máximos de endividamento do ente patrocinador previstos na própria legislação das PPPs e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No caso do contrato para a operação da linha 4, como observou o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), relator do tema, as despesas a serem suportadas em virtude do contrato representarão, no máximo, 8,16% do limite legal, que corresponde a 1% de toda a receita corrente líquida do estado. Nessas condições, concluiu o relator, resta ainda uma folga superior a 90% desse limite para novas parcerias.

O contrato, que não se refere às obras de construção da linha, mas apenas à operação, tem valor global de R\$ 3,98 bilhões.

Desse total, R\$ 3,23 bilhões correspondem aos recursos a serem suportados pelo governo e R\$ 751 milhões em investimentos do parceiro privado. O prazo do contrato será de 32 a 35 anos, para que o governo tenha tempo suficiente para amortizar e remunerar os investimentos do parceiro privado. Os serviços que antecedem a operação devem começar em 2008.

O ofício do governo paulista já havia sido colocado em pauta, em fevereiro, menos de um mês após o acidente ocorrido nas obras da estação Pinheiros da linha 4, em que morreram sete pessoas. Na época, os senadores decidiram adiar o exame e destacar uma comissão para avaliar em São Paulo, junto às autoridades estaduais e à polícia, as razões do acidente.

Três subcomissões iniciam trabalhos

Para debater, em um prazo de seis meses prorrogável por igual período, temas considerados vitais para o país, a CAE as seguintes subcomissões temporárias: a de Previdência Social (que inclui a questão do auxílio-doença), a da Reforma Tributária e a do Marco Regulatório.

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que as subcomissões temporárias serão presididas pelos autores dos requerimentos de criação – pela ordem, Romero Jucá (PMDB-RR), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Delcídio Amaral

(PT-MS).

Após a conclusão dos trabalhos de uma das subcomissões – o Regimento Interno agora permite apenas o funcionamento simultâneo de dois desses colegiados em cada comissão permanente –, será criada, por sugestão do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a subcomissão temporária para discutir o pacto federativo. Ela também terá por objetivo acompanhar a discussão e os acordos firmados entre os estados e a União que visem a regulamentação da Lei Kandir.

Os integrantes da CAE também

decidiram reativar a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais.

Por solicitação de Aloizio Mercadante, a comissão aprovou ainda requerimento convidando novamente a ministra Dilma Rousseff, chefe da Casa Civil, e os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e da Fazenda, Guido Mantega, para comparecerem, separadamente, ao colegiado, para dar continuidade ao debate ocorrido há duas semanas no Plenário sobre o Programa de Aceleração do Crescimento.

Airbag duplo pode se tornar obrigatório

A CAE aprovou proposição que inclui o airbag para o motorista e o passageiro da frente entre os itens de segurança obrigatórios dos veículos comercializados no país. No prazo de um ano após a aprovação da proposta (PLS 115/04), os carros deverão sair das fábricas já com esse equipamento, segundo determina o projeto, que será examinado ainda em Plenário, antes de seguir para exame na Câmara dos Deputados.



Flexa Ribeiro

Apresentado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), o projeto recebeu parecer contrário do relator, Romeu Tuma (PFL-SP), mas na votação a maioria dos senadores acatou voto favorável em separado, apresentado por Flexa Ribeiro, que exclui da relação de novos itens obrigatórios a colocação de barras de proteção lateral e de arco de proteção superior.

Tuma assinalou que os novos itens encarecem os veículos,

quando há hoje maior preocupação entre os consumidores, segundo pesquisa citada, com equipamentos de conforto, como ar-condicionado.

Tuma ponderou também que, no caso do airbag, ainda há controvérsias sobre a segurança, sobretudo para as crianças. Segundo o relator o Contran (Conselho Nacional de Trânsito) tem a prerrogativa de decidir sobre itens de segurança e já baixou portaria com determinação para a adoção do equipamento, dando prazo de cinco anos para que os carros comecem a sair de fábrica com o item.

Relatorias da LDO e do PPA ficam com petistas

O PT ficou com as relatorias tanto do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008, que deve ser enviado pelo governo ao Congresso em abril, quanto com a proposta do Plano Plurianual (PPA), que incluirá os programas que vão orientar as ações de governo no período 2008/2011.

Os escolhidos foram, respectivamente, os deputados Paulo Rubem Santiago (PE) e Cláudio Vignatti (SC). Os nomes dos deputados já vinham sendo cogitados para os cargos, mas a designação só aconteceu na quinta-feira passada, em reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que deu seqüência às designações de relatores do projeto de lei do Orçamento de 2008, inclusive de sete dos dez nomes que vão responder pelas relatorias setoriais. O relator-geral, deputado José Pimentel (PT-CE), já havia sido confirmado na semana passada, na mesma reunião em que o senador José Maranhão (PMDB-PB) foi eleito para presidir a comissão.

Sairam também as indicações de parte dos integrantes dos comitês de assessoria ao exame das propostas orçamentárias, bem como para os próprios comitês permanentes da CMO nesse ano. Na véspera, reunião de líderes partidários definirá a participação de cada partido e do Senado e da Câmara nas relatorias setoriais da Lei Orçamentária

Anual (LOA) e nos comitês, e para a coordenação dos trabalhos nestes grupos.

Na distribuição das relatorias setoriais da LOA, o PMDB – que ficou com a primeira escolha – optou pela relatoria da área temática de infra-estrutura (inclui os gastos do Ministério dos Transportes), a mais disputada pelos partidos. Um bloco que inclui o próprio PMDB e o PT exerceu o direito da segunda escolha, que recaiu sobre a área da saúde.

A distribuição foi feita com base no tamanho de cada bancada na comissão – prevalecerá, porém, um rodízio entre os partidos a cada ano, a partir de 2008, de acordo com os novos procedimentos de exame das leis orçamentárias aprovados em novembro do ano passado. Outra regra determina a renovação integral dos membros da CMO a cada ano para evitar o fortalecimento de grupos de influência na comissão.

O critério para a distribuição das vagas nos comitês motivou a apresentação de uma questão de ordem pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Isso porque ficaram sem representação nos comitês as legendas minoritárias que não alcançam a proporcionalidade para participar das comissões técnicas regulares, além da própria CMO. José Maranhão ficou de responder nesta semana à questão.

Relator-geral do Orçamento também é do PT: o deputado José Pimentel

JOSÉ CRUZ



Arthur Virgílio critica medida que aumentaria alíquota do ICMS sobre a venda de monitores oriundos de outros estados

Sistema tributário paulista não deve mudar, diz Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) externou, na última sexta-feira, sua preocupação com possível modificação no sistema tributário paulista que prejudicaria empresas da Zona Franca de Manaus. A medida valeria para São Paulo e aumentaria de 12% para 18% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a venda de monitores de computadores oriundos de outros estados.

O senador deseja que São Paulo desista dessa medida, mas pediu ao menos o adiamento, por tempo indeterminado, da entrada em vigor da modificação para que os dois estados possam chegar a um

acordo. Ele explicou que essa movimentação na guerra fiscal entre São Paulo e Amazonas traz apreensão por ser um “golpe em desfavor das áreas menos desenvolvidas do Brasil”.

Conforme notícias publicadas em jornais, informou o senador, a entrada em vigor dessa norma poderia motivar a mudança da fábrica de monitores da Samsung de Manaus para Campinas (SP). Virgílio disse que reluta em acreditar que essa medida se tornará realidade e afirmou não crer que o governador de São Paulo, José Serra, autorizaria essa idéia que, avalia, contraria os esforços para reduzir desigualdades regionais.

COMISSÕES

Mais tempo para a maternidade

Três comissões permanentes do Senado realizaram audiência pública para debater o projeto de lei que cria o Programa Empresa Cidadã (PLS 281/05). A proposta tem a finalidade de dar incentivos fiscais às empresas que concederem a suas funcionárias licença-maternidade de seis meses, no lugar dos atuais quatro meses garantidos pela legislação em vigor. Durante a reunião promovida pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), os senadores ressaltaram a importância social do texto.

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), autora do projeto, destacou o caráter voluntário do programa. As empresas que aderirem a ele teriam direito a ressarcimento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, no valor da remuneração das empregadas nos dois meses adicionais de

licença-maternidade.

Patrícia afirmou ainda que a renúncia fiscal – calculada em R\$ 500 milhões, caso todas as empresas brasileiras aderissem ao programa – não pode ser olhada como gasto do governo, mas, sim, como investimento nas crianças brasileiras, que teriam mais tempo para usufruírem exclusivamente da amamentação materna e mais tempo para sedimentar laços afetivos com a mãe e os demais integrantes da família.

Entre os debatedores estavam os presidentes da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dioclécio Campos Júnior, e da Fersol, Michael Haradon, bem como José Pastore, representando o presidente da CNI; Eugênio Ferreira Garcia, representando o presidente da Confederação Nacional do Comércio; Cláudia Skaf, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), e Carlos Faccini, a Nestlé.

FOTOS: JANE ARAÚJO



Comissões debatem projeto que dá incentivo a empresa que aumentar a licença-maternidade



Cristovam conversa com a atriz Maria Paula durante audiência sobre projeto que amplia licença-maternidade para seis meses

Senadores apóiam criação do Programa Empresa Cidadã

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), manifestou o apoio de seu partido ao Programa Empresa Cidadã e destacou os impactos positivos da medida a longo prazo. Ele observou que o aperfeiçoamento da legislação de proteção à mulher e à criança representa parte importante no evolução da sociedade. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considera que a ampliação da licença-maternidade servirá para diminuir os custos das políticas públicas de educação, saúde e segurança pública.

Também presente ao debate, a senadora Kátia Abreu (PFL-TO) citou pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), em setembro de 2006, sobre licença-maternidade e mercado de trabalho, cujos resultados demonstraram, segundo a parlamentar, que o aumento do período da licença não gera maiores entraves no mercado de trabalho da mulher.

A senadora lembrou que estudos de psicanálise mostram que um ego frágil se forma quando não há afetividade suficiente da mãe durante os seis primeiros meses de vida. É na fase de seis meses até seis anos de idade, disse Kátia Abreu, que se formam os psicóticos, por falta de afetividade familiar.

Para a senadora Fátima Cleide (PT-RO), mesmo sem ter sido aprovado ainda, o PLS 281/05 já começa a dar frutos, uma vez que, como informou, em Porto Velho, as funcionárias públicas passaram a ter direito à licença-maternidade de seis meses.

Rosalba quer seis meses de licença obrigatória

A senadora Rosalba Ciarlini (PFL-RN), que é pediatra com 30 anos de experiência, afirmou que as crianças que tiveram aleitamento e afetividade nos primeiros seis meses tornam-se adultos mais sadios e integrados na sociedade. Ela propôs uma emenda para tornar obrigatória essa licença-maternidade de seis meses, e uma segunda, para que a isenção seja concedida nas contribuições obrigatórias das empresas, e não no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, como estipula o texto original.

Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto na CDH, manifestou sua satisfação ao ver que a sociedade está sendo sensibilizada por essa proposta. Ele afirmou que colocará uma emenda em seu parecer determinando que o Executivo conceda, logo após a aprovação do projeto, a licença-maternidade ampliada a todas as mulheres do serviço público.

Aumento da folha salarial seria de 1,73%

Pesquisa realizada em 2000 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em cinco países da América Latina mostrou que o custo da licença-maternidade para as empresas é reduzido.

No caso do Brasil, com o pagamento do salário feito pelo INSS durante a licença, cabe às empresas arcar com o 13º salário e férias proporcionais. E, após o nascimento da criança, com a permissão de uma hora por dia

para amamentação até seus seis meses de idade, além de oferta de creche quando o número de funcionárias for superior a 29.

De acordo com a pesquisa, há aumento de apenas 1,2% no custo médio da remuneração bruta da funcionária: 0,8% referente à creche, 0,1% à amamentação e 0,1% à substituição por outro funcionário.

No Chile, o índice chega a 1,8%, na Argentina a 1%, no Uruguai a 0,5%, e no México a

apenas 0,2% (veja quadro).

– A maternidade é uma função social e, no Brasil, o custo do salário-maternidade para a Previdência é de apenas 1,73%, somados os salários de toda a massa salarial feminina registrada – diz Laís Abramo, diretora do escritório da OIT no Brasil, para quem a tendência é de se ampliar também a licença-paternidade.

– O cuidado com as crianças não deve ser exclusivo das mulheres – afirma.

	Argentina	Brasil	Chile	México	Uruguai
Remuneração bruta	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Custo da maternidade e do cuidado infantil	1,0	1,2	1,8	0,2	0,5
Creche	0,8	0,3	1,2	0,0	0,0
Amamentação	0,1	0,8	0,5	0,1	0,2

Fonte: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Países da América Latina = Custos diretos para o empregador relacionados à proteção à maternidade e ao cuidado infantil, 2000 (remuneração bruta mensal = 100)

Guarda compartilhada é aprovada na CCJ

O Brasil poderá ter uma legislação específica para permitir a guarda compartilhada de filhos em caso de separação dos pais.

Na última quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou substitutivo de Demostenes Torres (PFL-GO) ao projeto do então deputado Tilden Santiago que disciplina esse novo tipo de instituto. Serys Shessarenko (PT-MT) ressaltou a importância da matéria (PLC 58/06).

Atualmente, o Código Civil só prevê a guarda unilateral dos filhos por um dos pais, mas, segundo observou Demostenes,

a guarda compartilhada já vem sendo admitida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Pelo projeto original, que altera o Código Civil (Lei 10.406/02), somente os pais casados oficialmente, em caso de divórcio, poderiam ter direito à guarda compartilhada. Mas no substitutivo, Demostenes estende também esse benefício aos pais que vivem sob o mesmo teto, embora não sendo casados oficialmente.

Pela proposta, que ainda será votada em Plenário e enviada para nova análise da Câmara, a guarda, seja ela unilateral

ou compartilhada, poderá ser fixada por consenso ou por determinação judicial. Além disso, quando não houver acordo entre pai e mãe a respeito do domicílio do filho, o juiz deverá, sempre que possível, optar pela guarda compartilhada, em detrimento da unilateral.

No entanto, caso considere que o filho não deve permanecer com o pai ou a mãe, o juiz poderá conceder a guarda da criança a uma outra pessoa apta a assumir a responsabilidade, considerando, de preferência, o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade.

Camata: foco no planejamento familiar

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) solicitou que seja colocada em pauta, na próxima sessão do Congresso, a criação de comissão mista destinada a estudar propostas que tramitam no Congresso sobre planejamento familiar.

Camata afirmou ter apresentado requerimento pedindo a criação dessa comissão depois que o menino João Hélio Fernandes foi assassinado ao ser arrastado por mais de sete quilômetros nas ruas do Rio de Janeiro, em fevereiro. O senador lembrou que tanto a Câmara como o Senado vêm aprovando projetos que tornam mais rigoroso o combate à violência. Ele sugeriu que a comissão a ser criada se destine a examinar a legislação e as medidas que incentivem a paternidade

responsável.

– Para dirigir um carro é preciso fazer uma série de exames. Mas para dirigir uma família é uma irresponsabilidade total – disse o senador.

Gerson Camata propôs ainda que as igrejas, que não pagam tributos no Brasil, ofereçam em troca cursos de formação aos jovens sobre a responsabilidade de serem pais e mães e aprofundem informações sobre controle de natalidade.

O senador lamentou ainda uma série de crimes que vêm sendo cometidos contra turistas europeus no país e sugeriu que sejam enviados votos de pesar à embaixada da França pela morte recente de quatro franceses no Rio de Janeiro, todos vítimas da violência.

SAÚDE Frituras, refrigerantes e salgadinhos podem ser banidos do cardápio das cantinas dos colégios de todo o país

Guerra à merenda que incentiva a obesidade

Lugar de refrigerantes, salgadinhos, balas, goma de mascar e frituras não é nas cantinas escolares do país, que poderão ser proibidas de vender alimentos que, como esses, causem obesidade entre crianças e adolescentes. Assegurar, mesmo nos colégios particulares, opções mais saudáveis de merenda é combater um mal que já afeta, segundo estatísticas, um terço dos brasileiros menores de 19 anos.

Esse é, na opinião do próprio autor, o objetivo essencial do projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), que a Comissão de Educação do Senado aprovou na semana passada. Agora, o PLS 406/05 será avaliado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), antes de ir à análise da Câmara dos Deputados.

Paim afirma que a idéia é nacionalizar programas de cantinas saudáveis, que já são aplicados, com sucesso, em estados como Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal (veja matéria nesta página). Medidas semelhantes às do projeto, diz Paim, já constam de uma portaria do Ministério da Educação. O senador perdeu uma irmã em decorrência de complicações causadas pela obesidade, por isso faz um alerta vigoroso para os perigos desse tipo de doença.

– Queremos que nas cantinas das escolas haja um acompanhamento por uma nutricionista de toda a alimentação vendida, não permitindo, com isso, que nossas crianças se tornem obesas em potencial – disse o senador.

Paim citou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) segundo a qual existem no país 40 milhões de adultos e 6 milhões de adolescentes acima

do peso, situação provocada, principalmente, pelos maus hábitos alimentares e pelo sedentarismo. A obesidade, que é o acúmulo excessivo de gorduras nos tecidos, favorece o desenvolvimento de doenças cardíacas, diabetes e problemas nas articulações, entre outras.

O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), adicionou emenda ao texto original determinando que cantinas em escolas de educação básica ficam proibidas de vender bebidas com baixo teor nutricional ou alimentos com elevado teor de açúcar, gordura saturada, gordura trans ou sódio. Entre as penas previstas para o descumprimento da norma está a perda do alvará de funcionamento.

– Os reflexos [da obesidade infantil] na saúde dessa população, quando adulta, serão extremamente perversos, de difícil reversão e de custo muito elevado para a sociedade – avaliou o relator.

Outra emenda de Tuma estabelece que os cardápios do programa de alimentação escolar – a cargo de estados, municípios e DF – serão elaborados por nutricionistas e respeitarão os hábitos alimentares de cada localidade.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) revelou que enfrenta o problema dentro da família.

– Tenho um filho que enfrenta problemas de obesidade justamente por causa dessas comidinhas da hora do recreio. É uma preocupação estúpida. Hoje em dia, muitas vezes a propaganda é muito mais forte do que os conselhos que a gente possa dar.

Cristovam Buarque (PT-DF) lembrou que uma criança mal alimentada tem dificuldades de aprendizagem.

Médicos se preocupam com efeitos de longo prazo

O Brasil viveu, nos últimos 20 anos, uma verdadeira inversão nutricional. Divulgada em 2004, a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE mostra que, nos últimos 30 anos, os hábitos alimentares dos brasileiros mudaram muito. Voltaram-se mais para alimentos ricos em açúcares e gordura, como o refrigerante, enquanto se reduziu o consumo de arroz, feijão, hortaliças e frutas.

Por isso, se antes a preocupação primordial da saúde pública infantil voltava-se para a desnutrição, agora é com o excesso de peso, um fantasma que vai muito além das já consideráveis preocupações estéticas ou psicológicas (perda de auto-estima e depressão) que podem afetar uma criança gordinha.

Os médicos já registram, com

incômoda frequência, casos de crianças obesas portadoras de doenças típicas de adultos, como a diabetes tipo 2. A obesidade também é responsável por problemas circulatórios, danos ortopédicos (como dores na coluna) e dermatológicos (estrias, celulites e micoses).

A obesidade na infância pode ser provocada pelo sedentarismo, por erros alimentares e por distúrbios metabólicos e psicológicos. Na maioria dos casos, é uma combinação de pelo menos dois desses fatores. Resolver apenas um deles não é suficiente. Por isso, os médicos recomendam o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar, onde, além do pediatra, a criança poderá contar com a orientação de nutricionistas, psicólogos e educadores físicos.



Alunos saboreiam salada de frutas no recreio escolar: cena que o projeto quer tornar mais comum



Cristovam (E) lembra dificuldades de aprendizagem e elogia projeto de Paim (D), ao lado de Arns

Leis estaduais superaram resistência inicial

Desde maio do ano passado, salgadinhos, refrigerantes, balas, pipoca, frituras e outros alimentos nada adequados para a alimentação infantil foram banidos das cantinas escolares do Distrito Federal, com a entrada em vigor da Lei Distrital 3.695/05. A idéia, que divide opiniões de pais e, principalmente, alunos pelo país afora, começou a ser implementada pelos estados do Sul. Santa Catarina e Paraná já têm, há anos, projetos de cantinas saudáveis.

– Foi na cantina do colégio que meu filho adquiriu o hábito de chupar balas, chicletes e comer salgadinhos. Não sou contra as cantinas nas escolas, mas sou a favor de que vendam alimentos mais saudáveis como sucos e lanches naturais, por exemplo – avalia a mãe paranaense Mariangela Cristiane Leite da Silva, ao elogiar a Lei Estadual 14.423/04, sancionada em junho daquele ano pelo governador Roberto Requião.

Os primeiros meses foram difíceis, recorda-se a professora Sueli Carvalho, diretora de uma escola de ensino fundamental em Maringá.

– Embora a lei tenha o objetivo de proteger o aluno quanto ao tipo de lanche que consome, [no início] ocorreu o inverso, pois eles compravam doces e refrige-

rantes antes de entrar na escola; muitas vezes, chegavam a pular o muro no recreio para comprar nos carrinhos que ficam do lado de fora – recorda-se Sueli.

Durante o processo de ajuste, muitas cantinas comerciais fecharam, pois oferecer alimentação mais saudável reduz o lucro do negócio e ainda exige a contratação de mais funcionários. Afinal, dá menos trabalho vender um pacote de salgadinhos do que preparar uma salada de frutas. Com o tempo, as cantinas remanescentes se adequaram à legislação e, hoje, as comunidades escolares denunciam irregularidades.

Desde 2003, uma merenda elaborada com produtos orgânicos faz parte do cardápio de 60 mil crianças da rede pública de Santa Catarina. Pioneiro no Brasil, o Programa Merenda Orgânica estimula a alimentação saudável, preserva o meio ambiente e impulsiona a agricultura orgânica e sem agrotóxicos.

Na experiência catarinense, a definição, na própria lei, dos alimentos que não deveriam ser vendidos dentro das esco-

las contribuiu bastante para o cumprimento da norma, como relatou Gladys Milanez, coordenadora da alimentação escolar do estado, durante encontro promovido pelo Ministério da Educação sobre o tema, no ano passado.

No Rio de Janeiro, contou Luciana Maldonado, da Secretaria Municipal de Saúde, em 2004 foi publicada uma portaria do prefeito regulamentando a lei de cantinas saudáveis, acompanhada de uma lista de alimentos cuja comercialização foi proibida dentro dos colégios. Revogada pouco depois, a pedido da associação das cantinas, foi posteriormente sancionada como lei estadual e está atualmente em vigor.

O que determina a lei no DF

Proíbe a comercialização no ambiente escolar de produtos como:

- balas, pirulitos, gomas de mascar, biscoitos recheados;
- refrigerantes e sucos artificiais;
- salgadinhos industrializados;
- frituras em geral;
- pipoca industrializada;
- bebidas alcoólicas;
- alimentos industrializados cujo percentual de calorias provenientes de gordura saturada ultrapasse 10% das calorias totais;
- alimento em cuja preparação seja utilizada gordura vegetal hidrogenada.

SAÚDE Apontada como grande vilã na luta contra a obesidade infantil, propaganda de alimentos pode ser restringida

Tião Viana quer controle sobre publicidade na TV

Se o objetivo de Paulo Paim é combater a alimentação inadequada das crianças nas escolas, o senador e médico Tião Viana (PT-AC) visou outro alvo, ao apresentar um polêmico projeto (PLS 25/03) destinado a restringir a propaganda comercial de alimentos nas emissoras de TV e rádio apenas ao horário entre as 21h e as 6h da manhã. A mesma proposta proíbe totalmente a publicidade de alimentos por meio eletrônico, em praças esportivas e espaços culturais ou mesmo de forma indireta, por meio do merchandising, em qualquer programa de rádio ou TV.

O projeto provocou a reação das grandes redes de televisão, preocupadas com a perda de receita publicitária que resultaria da proibição. Segundo relatou o senador Tião Viana em discurso em Plenário, em abril do ano passado as emissoras o procuraram para buscar um entendimento em relação às severas restrições impostas pela proposta, alegando que o mercado de alimentos movimentaria R\$ 2,5 bilhões em propaganda anualmente na mídia eletrônica.

– Eles apresentaram como contrapartida propagandas que pudessem ser educativas, preventivas para desvios de conduta na hora da alimentação da criança, na hora da venda e da escolha do produto. Estamos vendo que a Rede Globo, notadamente, está fazendo uma belíssima campanha em horário nobre, uma propaganda voluntária que diz respeito à educação e ao cuidado com a obesidade infantil – disse o senador.

Depois de tramitar inicialmente na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto passou, no ano passado, pela Comissão de Educação, onde a relatora Fátima Cleide



Tião Viana critica estratégia de marketing da indústria de alimentos, que incentivaría o consumo de produtos calóricos

(PT-RO) já tinha relatório favorável à aprovação. Porém, com a criação, neste ano, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, o projeto precisou ser redistribuído e, por isso, sua tramitação será atrasada. Desde o dia 8 de março, foi entregue ao senador Flávio Arns (PT-PR) para elaboração de relatório.

Pediatria crítica a ação da propaganda

O PLS 25/03 foi apresentado com outra proposição (PLS 26/03), que proíbe as embalagens e as publicidades dos alimentos de atribuírem destaque às declarações de qualidades e de características nutritivas. O alvo do senador é claro: coibir o destaque excessivo que determinados produtos industrializados, cujo público-alvo são justamente as crianças, dão a supostas propriedades como “rico em vitaminas” ou “rico em fibras” etc.

Tião Viana citou, ao justificar seus projetos, o pediatra Nataniel Viuniski, membro da Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade (Abeso), para quem

a proibição de anúncios de alimentos durante os horários de programação infantil ajudaria a diminuir os índices de obesidade entre as crianças que passam horas diante da TV.

– Os comerciais encorajam o consumo de determinados alimentos, apresentando-os como saudáveis ou gostosos, quando, na realidade, esses produtos, além de terem valor nutritivo reduzido, têm alta concentração calórica, devido a grandes quantidades de gordura saturada, colesterol e açúcar – explica o especialista.

Para Tião Viana, a estratégia de marketing da indústria de alimentos é clara.

– Quem nunca observou uma criança pequena beber uma famosa bebida achocolatada com a convicção de estar ficando mais forte e poderosa? Da mesma forma, muitas crianças acabam ingerindo várias unidades de um determinado alimento “vitaminado” ou “energético” pensando estar fazendo algo que é bom para elas. Infelizmente, algumas delas estão, na verdade, abrindo um caminho precoce para a obesidade.

Uma epidemia em escala planetária

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada dez crianças no mundo é obesa. Isso representaria, na estimativa mais conservadora, um contingente de 155 milhões de pessoas. A OMS também aponta que 70% delas devem permanecer gordinhas ao se tornarem adultas, com todas as conseqüências negativas que podem ocorrer para quem está acima do peso. Uma verdadeira

epidemia em escala planetária.

Na Inglaterra, um em cada três menores de dez anos sofre de excesso de peso. Na conferência anual da Sociedade Norte-Americana para o Estudo da Obesidade, em dezembro, um quarto dos 800 estudos científicos foi dedicado à obesidade infantil, que lá afeta 12,5 milhões de crianças e adolescentes. As estatísticas mostram que, na infância, o excesso de peso afeta mais os meninos americanos (32,7%) que as meninas (27,8%), mas na adolescência se igualam no patamar de 30% para ambos os sexos.

No Brasil, os números também são pesados. Segundo a Associação Brasileira de

Estudos sobre a Obesidade e a Síndrome Metabólica (Abeso), 30% das crianças e adolescentes são obesos. Como, segundo dados do IBGE, em 2005 haviam 66,5 milhões de pessoas com até 19 anos, a conclusão é de que 20 milhões estão muito acima do peso. Os estados das regiões Sul e Sudeste – as que têm melhor poder aquisitivo – concentram o maior número de casos de obesidade infantil. O caso brasileiro deve ser encarado com muita seriedade porque no país a obesidade infantil triplicou nos últimos 20 anos.

Ouvida pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), a médica nutróloga Alice Amaral alerta que é necessário que a família se alimente bem.

– A criança vai comer o que os pais comerem. Não adianta falar que a comida gordurosa faz mal se o pai e a mãe comem. A criança segue exemplos – diz a médica.

O QUE COMER NA ESCOLA?

O ideal é que a criança leve o lanche de casa, já que a cantina em geral oferece alimentos calóricos e pouco nutritivos.

É importante criar opções práticas para a merenda, para que ela não perca muito tempo comendo e possa aproveitar o recreio brincando com os amigos.

Merendas saudáveis devem conter frutas, sanduíches de pão integral com queijo ou geléia caseira, bolos e bolachas simples, sucos naturais, salada de frutas, barras de cereais.

Frituras, salgadinhos, pizzas, biscoitos doces e sanduíches gordurosos devem ficar fora da lancheira.

Alimentos ricos em gorduras, como o pão de queijo, coxinha ou pizza, demoram mais para ser digeridos e tiram a fome na hora do almoço.



HÁBITOS A SEREM EVITADOS EM CASA

Concentrar demais a dieta em carne vermelha e massas

Utilizar açúcar ou sal em excesso nos alimentos

Ingerir bebida em grande quantidade durante as refeições

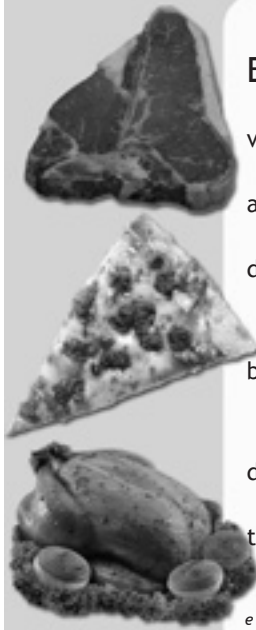
Comer frituras com frequência

Induzir a criança a rejeitar alimentos com base no gosto pessoal dos pais

Variar demais o horário das refeições

Manter grande estoque de biscoitos, doces e balas na dispensa

Privilegiar o consumo de alimentos industrializados em detrimento dos naturais



Fontes: Nutricionistas Cintia Cadorin e Vanessa M. Gallardo e programa A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis, da Universidade de Brasília (UnB).

OS QUE AS CRIANÇAS ANDAM COMENDO...

Produtos e alimentos consumidos diariamente e semanalmente por crianças, em casa e na escola, conforme questionário aplicado a pais de estudantes até a 4ª série das redes pública e particular do Distrito Federal, em 2005, pela Universidade de Brasília (UnB) (*).

Semanalmente

75% disseram consumir balas

65% comem biscoitos recheados no lanche

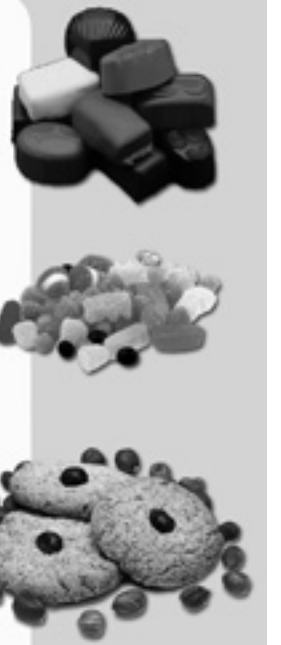
80% levam achocolatados na merenda

Diariamente

52% comem frutas

30% tomam sucos naturais

Apenas 23% consomem vegetais crus



(* Levantamento realizado pelo programa A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis, da UnB.

CONFIRA SE VOCÊ É OBESO

No consultório, os pediatras fazem o diagnóstico clínico. Eles verificam gráficos que relacionam a idade, a altura, o peso e o sexo das crianças. Os especialistas também calculam o índice de gordura no corpo e o IMC (índice de massa corporal), obtido com a divisão do peso pela altura ao quadrado. Confira o exemplo de uma pessoa com 80 kg e 1,80m de altura.

$$\text{IMC} = 80 / 1,80^2$$

$$\text{IMC} = 24,69$$

O adulto que tem IMC acima de 30 está obeso. Para as crianças, os números são diferentes e variam de acordo com a idade. Aos 10 anos, podem ser considerados obesos os meninos com IMC acima de 24 e as meninas com IMC acima de 24,1.

Fonte: Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica (Abeso)



O mau hábito alimentar é o vilão da obesidade infanto-juvenil, que triplicou no país em 20 anos

DIREITOS HUMANOS Colegiado instalado na última semana buscará acelerar aprovação de propostas sobre o tema

ASCOM/NPT



Há no Brasil entre 25 mil e 40 mil trabalhadores em condições de escravos, a maioria no Pará

Subcomissão combate trabalho escravo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) instalou oficialmente na última quinta-feira a Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo e elegeu como presidente e vice-presidente do colegiado os senadores José Nery (PSOL-PA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), respectivamente. Os demais titulares do colegiado são Eduardo Suplicy (PT-SP), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A subcomissão tem o objetivo de, durante um ano, fiscalizar, acompanhar, avaliar e controlar as políticas governamentais relativas à erradicação do trabalho escravo e propor soluções nesse sentido.

Em seu pronunciamento, o presidente da subcomissão lembrou que, de acordo com estimativas oficiais, há no Brasil entre 25 mil e 40 mil trabalhadores em condições análogas à de escravos. A maioria dos casos (35,5%), ressaltou José Nery, está no Pará. Em seguida, vêm Tocantins (20,9%), Maranhão (16,9%), Mato Grosso (9,3%) e

Goiás (5,2%).

– Os trabalhadores libertados são homens na faixa de 18 e 40 anos, que deixam sua terra à procura de oportunidade de sobrevivência – disse.

Novo colegiado recebe sugestões

José Nery destacou também alguns esforços do governo federal para o combate ao trabalho escravo e lembrou que, no Congresso, tramitam mais de 20 proposições sobre o tema, abordando temas diversos como agravamento de penas; desapropriação de terras; proibição de concessão de crédito oficial, subsídios e incentivos fiscais e até mesmo participação em licitações públicas para quem submete trabalhadores a trabalho escravo.

Inácio Arruda informou que vai colocar em votação na próxima reunião uma proposta para troca de nome do colegiado para Subcomissão de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo, por sugestão da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) e do presidente da Associação Nacional dos Pro-

curadores do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta.

Presente à cerimônia de instalação, Caixeta afirmou que sua expectativa é de que a subcomissão possa dar contribuição “relevante, determinante e importante em prol” da erradicação do trabalho escravo.

Na ocasião, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez sugestões à nova subcomissão. A primeira foi a de encampar o requerimento de Paulo Paim (PT-RS) no sentido de se fazer, ao longo de 2007, uma reflexão com o objetivo de se concluir a Abolição da Escravatura no Brasil (que, em 2008, completa 120 anos). Ele propôs também que o colegiado considere o trabalho infantil como trabalho escravo, e frisou que “a verdadeira Lei Áurea no país será a educação”.

Jayme Campos (PFL-MT), por sua vez, afirmou que, antes de iniciar os trabalhos, a subcomissão tem que delimitar bem suas regras de atuação, começando pela definição do que é trabalho escravo, para “não cometer injustiças”.

Paim: combater as causas do problema é prioridade

A Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo deverá concentrar sua atuação no ataque às causas do problema. A opinião é do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), manifestada durante a instalação do novo colegiado. “Vamos trabalhar na linha da prevenção, passando pelo viés da educação”, explicou.

Para atacar o trabalho escravo, Paim diz que é preciso combater também a prostituição infantil e o tráfico internacional das mulheres que, ao acreditarem que estão sendo contratadas para serviços artísticos no exterior, são vendidas para atuar ilegalmente em boates e prostíbulos.

Inácio Arruda, vice-presidente da subcomissão, lembrou que é preciso atuar não só no combate ao trabalho escravo rural, mas também no urbano, nas grandes periferias, onde há, segundo ele, “várias pessoas trabalhando em condições degradantes e subumanas”.

Patrícia Saboya, suplente da nova subcomissão, sugeriu que o colegiado ouvisse uma repórter da Rede Globo que teria sido impedida de fazer entrevistas com

trabalhadores de uma fazenda acusada de utilizar mão-de-obra escrava.

Já a senadora Lúcia Vânia pediu que a subcomissão trabalhe para fortalecer os programas de erradicação do trabalho infantil. “Porque a gente só combate o trabalho infantil combatendo o trabalho escravo”, argumentou o senador.

Eduardo Suplicy acredita que um instrumento importante no combate ao trabalho escravo será a liberdade de os trabalhadores dizerem “não” ao trabalho humilhante, “que coloque a sua vida e a da sua família em risco”.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que o colegiado coloque entre suas prioridades o trabalho escravo doméstico e propôs a criação de um número 0800 para que a sociedade possa fazer denúncias.

Já Cícero Lucena (PSDB-PB) lamentou o fato de que ainda hoje, no século 21, seja necessário criar comissão para tratar de trabalho escravo, um instituto que, conforme disse, não deveria mais existir.



À mesa, José Nery (C) preside subcomissão que tem Inácio Arruda (E) como vice e funciona no âmbito da CDH, comandada por Paim

José Nery quer votação de PEC na Câmara

O presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, José Nery, anunciou que vai marcar reunião com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e líderes partidários daquela Casa para solicitar a votação urgente, em segundo turno, da PEC do Trabalho Escravo, que tramita na Câmara.

Segundo Nery, já aprovada no Senado, a proposta está parada na Câmara, onde já foi acolhida em primeiro turno. Na avaliação do senador, entre as mais de 20 matérias que tramitam no Congresso com o objetivo de combater o trabalho escravo no Brasil, essa proposição é uma das mais importantes.

De autoria do ex-senador Ademir Andrade, a PEC 438/01 determina a expropriação imediata das glebas, de qualquer região do país, onde for identificada a exploração de trabalho escravo. Conforme a proposta, essas terras deverão ser especi-

ficamente destinadas à reforma agrária, com o assentamento de colonos que já trabalhavam no local, sem qualquer indenização ao proprietário.

Presidente vê enormes desafios de trabalho

O presidente do recém-criado colegiado afirmou que a subcomissão tem enormes desafios pela frente, resumidos, segundo ele, em três pontos. O primeiro é acelerar o processo de aprovação das proposições que tramitam no Congresso tratando do tema. Acompanhar as ações de combate ao trabalho escravo nos estados onde há maior incidência do problema é o segundo ponto, disse o senador, que destacou ainda a necessidade de avaliar o cumprimento do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e propor as devidas atualizações, inclusive a elevação dos recursos orçamentários destinados ao programa.

– Haveremos de oferecer ao nosso país a nossa contribuição. Não vamos trabalhar isolados, mas na mais pura consonância com outros órgãos – afirmou.

Para o vice-presidente do colegiado, Inácio Arruda, a subcomissão, em um ano, não terá condições de tratar de todos os assuntos relativos ao trabalho escravo no Brasil, mas, na sua avaliação, já terá dado grande contribuição se conseguir concentrar sua atuação em questões específicas.

– Vamos nos antecipar em relação à possibilidade de outros países criarem barreiras econômicas ao Brasil, tendo como foco a questão do trabalho escravo. Também temos que nos antecipar à questão do trabalho escravo urbano, principalmente com relação à construção dessas novas usinas de cana-de-açúcar no Brasil, para que não fiquem resquícios das antigas – disse.

Especialistas contribuem com novas sugestões

Na instalação oficial dos trabalhos da Subcomissão do Trabalho Escravo vários especialistas no assunto fizeram sugestões e ofereceram ajuda aos trabalhos do colegiado.

O subprocurador geral do Trabalho e coordenador nacional do Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho, Luis Antônio Camargo, lembrou ao novo colegiado que trabalho escravo não existe só na área rural.

– A exploração se dá na área rural e urbana e ocorre também com índios, estrangeiros e crianças. Precisamos estar atentos também não só à questão da exploração de trabalhadores, mas também à degradação do meio ambiente – afirmou ele, ao se referir à instalação de usinas canavieiras em todo o Brasil.

Acostumado a receber e a fiscalizar denúncias de maus-tratos a trabalhadores em várias regiões do país, Camargo afirmou que a subcomissão terá um papel importante na discussão e no encaminhamento de vários projetos de lei sobre o

assunto. “No Ministério Público do Trabalho, trabalhamos com as leis que o Legislativo faz”, ressaltou.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho, José Nilton Pandelot, afirmou ser imprescindível que os políticos tomem conhecimento de que, quando o assunto é o trabalho escravo no país, “não impera a lei, mas a barbárie”. Já o representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Benedito Cintra, pediu atenção especial da subcomissão para a questão dos trabalhadores estrangeiros no Brasil, muitos dos quais “encaixam-se no trabalho escravo clandestino, inclusive em atividades ilícitas”.

O diretor da Fundação Cultural Palmares Antônio Pompeu lembrou que o trabalho escravo também é uma forma de discriminação e, portanto, foco de interesse da instituição.

– Estamos prontos para nos engajarmos nessa luta para eliminar o trabalho escravo – assinalou.

COMISSÕES

Grupo discute projeto que criminaliza homofobia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) instalou na terça-feira o Grupo de Trabalho pela Cidadania e contra a homofobia, que vai debater um projeto de lei que tipifica como crime a discriminação e o preconceito contra os homossexuais. Essa matéria, de autoria da ex-deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), foi aprovada em novembro na Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 5.003/01. No Senado, a proposta tramita como PLC 122/06.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO), relatora do projeto e coordenadora do grupo de trabalho, disse que seu parecer será elaborado a partir das discussões do grupo. E, ao defender a aprovação da proposta, argumentou que ainda são poucas as garantias legais, no Brasil, relativas à comunidade GLTB (gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais).

O senador Flávio Arns (PT-PR) disse defender a “essência do projeto”. Ele afirmou que todos, independentemente de sua opção sexual, devem ter a dignidade garantida. Outro senador que se posicionou favoravelmente à proposta foi Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), para quem “não há razão para a celeuma que se criou em torno desse texto”.

O presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, Toni Reis, declarou que o projeto visa combater a violência e o preconceito contra um grupo que representa, segundo ele, 10% da população do país. O ativista disse também que é necessário votar

logo a matéria, pois “quem é discriminado tem pressa”.

– Não queremos privilégio algum: queremos igualdade de direitos – declarou.

Crivella manifestou-se contra o projeto

Toni Reis afirmou ainda que pretende dialogar “com os setores mais conservadores da sociedade, nos quais essa proposta provoca polêmica”.

Na segunda-feira, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que também integra o grupo de trabalho, manifestou-se contra o projeto de lei. O parlamentar afirmou que respeita os homossexuais, mas que a matéria “confunde o respeito a uma opção individual com o uso do poder do Estado para impor a todos os cidadãos um comportamento que é, claramente, antinatural”.

Ele se disse preocupado com o direito de os pais educarem os filhos sobre sexualidade. Compõem o grupo de trabalho, além de Crivella, os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Fátima Cleide (PT-RO), Flávio Arns (PT-PR), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Gilvam Borges (PMDB-AP), Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), Paulo Paim (PT-RS) e Sibá Machado (PT-AC); e Ricardo Balestreri, do Ministério da Justiça; Ivair Augusto dos Santos, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação; Tatiana Lionço, psicóloga e consultora do Ministério da Saúde; e os ativistas em defesa dos direitos de homossexuais Toni Reis, Caio Varela, Igo Martini, Fernanda Benvenuti e Ivana Maria.

de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), já havia sido aprovado pela CBJ e prevê a realização de um plebiscito de âmbito nacional sobre legalização do aborto; financiamento público de campanha eleitoral; união civil de homossexuais; fim do voto eleitoral obrigatório; redução da maioria penal; e reeleição do presidente da República e de governadores.

Serviço militar obrigatório fica fora de plebiscito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou na quarta-feira a emenda supressiva de Plenário, de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), ao projeto de decreto legislativo que prevê convocação de plebiscito a respeito de sete questões. A emenda retira da relação desses temas o fim do serviço militar obrigatório.

O projeto (PDS 1.494/04),

de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), já havia sido aprovado pela CBJ e prevê a realização de um plebiscito de âmbito nacional sobre legalização do aborto; financiamento público de campanha eleitoral; união civil de homossexuais; fim do voto eleitoral obrigatório; redução da maioria penal; e reeleição do presidente da República e de governadores.

Educação sexual obrigatória em debate

Em decisão terminativa, a Comissão de Educação aprovou projeto de lei (PLS 213/06) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oeste do Pará, com sede em Santarém. O relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), votou favoravelmente.

Os senadores Wellington Salgado (PMDB-MG) e Flávio Arns (PT-PR), porém, defenderam a opção de se criar novos campi das atuais universidades federais.

A comissão aprovou ainda requerimento de audiência pública para discutir o Projeto de Lei do Senado 284/06, que torna obrigatória a educação sexual nas escolas.

Emprego a chineses provoca polêmica

O coordenador-geral de Imigração e presidente do Conselho Nacional de Trabalho e Emprego, Paulo Sérgio de Almeida, explicou que as autorizações para trabalhadores estrangeiros no Brasil só são concedidas quando não existe mão-de-obra brasileira disponível e qualificada para realizar o mesmo trabalho. O representante do governo esteve na audiência que debateu, na terça-feira, na Subcomissão do Trabalho e Previdência, a intenção de contratar 600 trabalhadores chineses para a instalação e montagem da coqueria da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), no Rio de Janeiro.

Na reunião da subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), todos os debatedores destacaram que o governo e o Ministério Público estão atentos à questão e frisaram que não são contrários à vinda de trabalhadores estrangeiros para o Brasil, mas defendem que os contratos sejam realizados dentro da lei.

O pedido de vistos para engenheiros e técnicos chineses, confirmou o diretor-geral do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, embaixador Manoel Gomes Pereira, foi feito pela ThyssenKrupp, empresa alemã responsável pela construção da CSA ao lado da Vale do Rio Doce. Mas, disse o embaixador, ainda não houve resposta.

Já o coordenador-geral de



Autor do requerimento para audiência, Crivella (E), ao lado de Mesquita Júnior, ouve especialistas sobre vistos para chineses



Marcelo de Souza (no alto, E) e Paulo Sérgio, do Ministério do Trabalho, Marcos Túlio, do Confea, e o subprocurador Luiz Antônio

Certificação e Orientação Profissional do Ministério do Trabalho, Marcelo de Sousa, destacou que o ministério possui mecanismos

para garantir a contratação de mão-de-obra brasileira, por meio dos chamados Planos Setoriais de Qualificação.

Crivella teme abertura de precedente

Autor do requerimento para a audiência pública, junto com o senador Paulo Paim (PT-RS), o vice-presidente da Subcomissão do Trabalho e Previdência, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), destacou sua preocupação com a contratação de 600 trabalhadores chineses para a instalação e montagem da coqueria da Companhia Siderúrgica do Atlântico, no Rio de Janeiro.

Crivella teme que se abra um precedente a partir da concessão

dos vistos de trabalho, o que poderá levar à repetição de concessões semelhantes. No entanto, fez questão de destacar que o questionamento sobre o assunto não representa ato de xenofobia contra os chineses. O senador afirmou que a China é um país sem regras democráticas, onde milhões de trabalhadores atuam sem que a legislação que os protege seja respeitada.

Já o senador Augusto Botelho (PT-RR) frisou que a siderúrgica

levará milhares de empregos para a região e ressaltou que os chineses devem repassar o conhecimento aos brasileiros. Mas o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) alertou para o fato de que há no país um quadro preocupante de utilização de mão-de-obra precária, e, em sua opinião, da mesma forma que o Brasil não gosta do tratamento dado a brasileiros ilegais no exterior, não se pode repetir tal tratamento no país.

Confea manifesta-se contra emprego ilegal de chineses

O presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo, afirmou que o processo de globalização não pode se sobrepor à soberania brasileira e às leis vigentes no Brasil. Ele leu manifesto do Confea de apoio à representação feita pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, do Rio de Janeiro (Crea-RJ), destinado a impedir que a CSA contrate de forma ilegal a mão-de-obra chinesa.

O documento esclarece que engenheiros brasileiros estão capacitados tecnicamente para projetar e executar, implantar e manter o funcionamento da fábrica da CSA que produzirá coque (uma das matérias-primas para a produção do aço).

Segundo o representante do Crea-RJ, Reinaldo Barros, há informações de casos de engenheiros estrangeiros trabalhando ilegalmente no Brasil.

Ministério Público vai investigar confinamento

O subprocurador-geral do Trabalho e coordenador nacional da Erradicação do Trabalho Escravo, Luiz Antônio Camargo de Melo, disse que o Ministério Público vai examinar a situação de confinamento a que estariam submetidos trabalhadores chineses contratados para a implantação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA).

– Segundo informações das empresas, há a necessidade de os engenheiros e técnicos chineses permanecerem confinados, morando nas próprias fábricas, porque há receio em relação à violência do Rio de Janeiro – afirmou. Camargo de Melo frisou que o confinamento de trabalhadores é ilegal e que analisa o caso à luz do Protocolo de Palermo, norma internacional que vigora desde 2003 e é considerada, hoje, a principal arma legal para o combate ao tráfico de seres humanos.

INFRA-ESTRUTURA

Ministro nega possibilidade de apagão

O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, informou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – que prevê investimentos da ordem de R\$ 504 bilhões, de 2007 a 2010 – irá canalizar para a área de infra-estrutura energética R\$ 283,5 bilhões, 2/3 do total dos recursos do programa, aí incluídos o programa Luz para Todos, a construção de novas linhas de transmissão e investimentos em petróleo e gás natural.

Rondeau participou de audiência pública realizada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) na última quinta-feira. Estavam presentes o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e o presidente interino da Eletrobrás, Valter Luiz Cardeal.

De acordo com o ministro, a oferta de energia deve fazer com que o país cresça 5% a partir do

próximo ano. Ele destacou que, de 2007 a 2009, o PAC espera agregar a geração de 12,3 mil megawatts, além de uma produção de petróleo anual de 800 milhões de barris.

“Risco de déficit é previsível”

Autor do requerimento que resultou na audiência, Marconi Perillo (PSDB-GO), que preside a CI, mostrou-se preocupado com o risco de déficit de energia em torno de 5%, nos próximos anos, o que poderia levar o Brasil a um novo apagão. Em resposta, Rondeau disse que o índice de 5% de risco de déficit “é previsível”, mas não constitui motivo de alarde para o setor.

Marconi também chamou a atenção quanto ao aumento do preço do gás natural para o consumidor, depois da assinatura do novo acordo entre Brasil e

Bolívia. José Agripino (PFL-RN) manifestou apreensão com possíveis investimentos, da ordem de US\$ 1 bilhão, do governo brasileiro na fronteira com a Bolívia, para construção de um pólo de polipropileno. Já Eliseu Resende (PFL-MG) defendeu uma redução no consumo interno de derivados de petróleo, a fim de que o Brasil se torne exportador do produto.

Por sua vez, João Tenório (PSDB-AL) afirmou que o PAC nada mais é do que uma superposição de programas, enquanto Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a pedir pressa na liberação de licenças ambientais para as usinas do rio Madeira e de Belo Monte. O ministro informou que as hidrelétricas do rio Madeira deverão sair do papel ainda este ano.

Também no debate, Delcídio Amaral (PT-MS) pediu maiores investimentos para a área de energia em seu estado.

Distribuição de gás receberá investimentos

A criação de redes de distribuição de gás natural para elevar o aproveitamento desse combustível no Brasil é um dos grandes desafios do planejamento estratégico. O governo pretende ampliar a participação do gás na matriz energética dos atuais 9% para 15% até 2030, segundo o ministro Silas Rondeau, mas isso depende do aumento da segurança para os investidores na construção e exploração dos gasodutos, de acordo com o diretor de Energia e Gás da Petrobrás, Ildo Sauer.

Rondeau e Sauer participaram

de debate, promovido pela liderança do bloco governista, sobre “O PAC e Temas Estratégicos”.

Esteve presente também o diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, que falou sobre dificuldades semelhantes às do gás com relação aos investimentos em novas hidrelétricas: em função de riscos ambientais e sociais (indenizações a ocupantes de terras), os empreendedores têm elevado suas expectativas de custos.

Em resposta a pergunta de Ideli Salvatti (PT-SC), o minis-

tro abordou a possibilidade de troca de hidrelétricas por termelétricas nos projetos do PAC. Rondeau afirmou ser possível alterar o programa em face de problemas ambientais ou de ordem social.

Embora a expectativa até 2030 seja a de se reduzir a participação da energia hidrelétrica na matriz energética de 82% para 76%, Kelman disse acreditar que essa é ainda a fonte de energia mais limpa e mais barata para o país, “pois o Brasil utiliza apenas 30% do potencial de seus rios”.



Rondeau, entre Marconi (D) e José Gabrielli, afirma que aumento da oferta de energia fará o país crescer 5% a partir de 2008

Petrobras vai investir mais no Sudeste, diz Gabrielli

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, informou, na audiência pública promovida pela CI, que o Programa de Aceleração do Crescimento, lançado em janeiro pelo governo federal, destinou R\$ 171,7 bilhões para investimentos da estatal, sendo que o maior volume de recursos (58,2%) irá para as áreas de petróleo e gás natural.

A empresa, explicou, pretende realizar investimentos, até 2010, em subprogramas relacionados à exploração, produção e refino de petróleo, transporte, petroquímica, gás natural e energias elétrica e renováveis.

Gabrielli destacou que a meta de produção de petróleo e gás é de 70 milhões de metros cúbicos até o fim de 2010. Ele ressaltou que o Sudeste receberá a maior parte dos investimentos da estatal – cerca de 74%. Nessa

região, observou, localizam-se as maiores reservas de petróleo brasileiras. No Nordeste, frisou, serão aplicados cerca de 16% dos recursos.

Poderão ocorrer dificuldades de implementação dos projetos da Petrobras com os recursos do PAC, segundo avaliou, em razão de problemas com licenciamento ambiental e com a diferença entre a demanda do consumo de petróleo e o progresso industrial para o fornecimento do produto.

A deficiência de mão-de-obra especializada, salientou, também pode ser uma das dificuldades que a Petrobras terá que enfrentar. A fim de minimizar essa questão, a empresa deve implantar programas de capacitação profissional para formar pessoas com competência para atender a toda a cadeia de produção.

MEIO AMBIENTE



Chinaglia (E), Marina Silva, Vanessa Grazziotin e Perpétua Almeida ouvem pronunciamento de Serys

Lançada Frente Amazônia para Sempre

Foi lançada na última quinta-feira, Dia Mundial da Água, a Frente Parlamentar Mista Amazônia para Sempre, que já conta com 23 senadores e 253 deputados. Esse fórum pretende debater medidas destinadas a estimular a preservação e o desenvolvimento da região que contém 9% da água doce disponível do planeta.

Na cerimônia de lançamento estiveram presentes a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, assim como a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Marina destacou a importância de se dar sustentabilidade política às questões que envolvem a Amazônia. Para ela, esse momento, em que a Humanidade toma consciência de que é responsável pelo aquecimento global, está obrigando muitos países a adotarem medidas.

Serys disse que a preocupação com o meio ambiente e com o aquecimento global é mundial, mas que o Brasil precisa fazer a sua parte, por mais difícil e complexo que isso seja.

Já o presidente da Câmara afirmou que na Amazônia concentram-se todos os debates modernos e manifestam-se os

problemas causados, destacou, por uma estrutura econômica que vê o lucro a qualquer preço, destruindo florestas e pessoas.

A Frente Amazônia para Sempre foi proposta pela deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC).

Também na quinta-feira, a Frente Parlamentar Ambientalista, a ONG SOS Mata Atlântica e a EcoCâmara realizaram uma série de eventos para comemorar o Dia Mundial da Água, instituído em 1992 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Coordenada pelo deputado Sarney Filho (PV-MA), a Frente Ambientalista conta com 280 parlamentares.

Série de audiências poderá discutir aquecimento global

O relator da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, senador Renato Casagrande (PSB-ES), apresentou na última terça-feira a sua proposta de um plano de trabalho até 11 de dezembro – prazo previsto para a entrega do relatório final.

O plano prevê a realização de uma série de audiências públicas. A primeira buscaria estabelecer um entendimento preliminar sobre os conceitos e aspectos do aquecimento global

e a segunda ouviria os ministros das pastas relacionadas à questão. São previstas ainda audiências em algumas cidades, a fim de descentralizar a discussão. Outros debates examinariam a influência do aquecimento global nas áreas florestal, elétrica, petrolífera, agropecuária, saneamento e transportes.

Casagrande sugeriu ainda uma sub-relatoria para consolidar todas as propostas sobre o tema que tramitam no Congresso.

CTNBio promove debate sobre milho transgênico

Especialistas em organismos geneticamente modificados, agricultores, empresários e representantes da sociedade civil discutiram a liberação comercial do milho transgênico em audiência organizada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Durante o evento, na última terça-feira, defensores da liberação disseram que o milho geneticamente modificado tem demonstrado resultados po-

sitivos tanto para o agricultor como para o meio ambiente e a saúde, principalmente na redução do uso de agrotóxicos.

Outros especialistas advertiram, no entanto, que em longo prazo pode haver um aumento na utilização de agrotóxicos e contaminação genética do produto. Por isso, e pela falta de estudos conclusivos na área de saúde de quem consome os transgênicos, recomendaram cautela e precaução.

INFRA-ESTRUTURA PAC e aquecimento global recolocam investimentos em usinas nucleares no centro de debates

Energia atômica volta a ser opção no país

No momento em que é debatido o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que propõe mais investimento em infra-estrutura, e o mundo todo, frente ao medo do aquecimento global, se volta para a adoção de recursos energéticos mais limpos, a energia nuclear retorna às mesas de discussão.

No Senado, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) já aprovou requerimento para que os ministros de Minas e Energia, Silas Rondeau, e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, debatam o tema com os senadores.

Para Renato Casagrande (PSB-ES), autor do pedido, ao longo do tempo a opinião pública brasileira cristalizou-se contra a energia nuclear, devido a desastres de contaminação que ocorreram ao redor do mundo.

– Hoje estamos vendo alguns especialistas dizerem que, resolvida a questão da destinação de resíduos, é energia limpa. Então, nosso papel é estarmos abertos ao debate – diz o senador.

Casagrande admite que ainda não mudou sua posição desfavore-

rável ao uso da energia nuclear, até porque acredita que ainda há muito a avançar em relação a outras energias.

– Ao discutir o aquecimento global, preciso estar em condições de ser convencido com relação a essa fonte de energia, caso seja necessário – justifica ele.

O primeiro passo para a retomada da energia nuclear no Brasil seria finalizar as obras da usina nuclear de Angra 3, decisão que deverá ser tomada já na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

No momento, duas usinas operam com capacidade máxima: Angra 1, que entrou em operação em 1985, e Angra 2, em funcionamento desde 2000. Juntas, elas geram 2 mil megawatts elétricos e representam 2,2% da oferta nacional de energia elétrica, atendendo o equivalente à metade do estado do Rio de Janeiro – que tem cerca de 15,3 milhões de habitantes e é um dos principais parques industriais brasileiros.

Segundo o diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben), Edson Kuramoto, o Plano Nacional de Energia (PNE-2030), apresentado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia, mostra que o potencial hidrelétrico no Brasil é finito.

– Se o país crescer, vamos depender de outras fontes de energia. Temos a sexta maior reserva de urânio do mundo, isso prospectado apenas um terço do território nacional, o que nos dá tranquilidade para termos

auto-suficiência em energia elétrica – afirma Kuramoto.

Para o diretor da Aben, a tecnologia nuclear repassada ao Brasil ou aqui desenvolvida está sendo perdida com a demora de decisão.

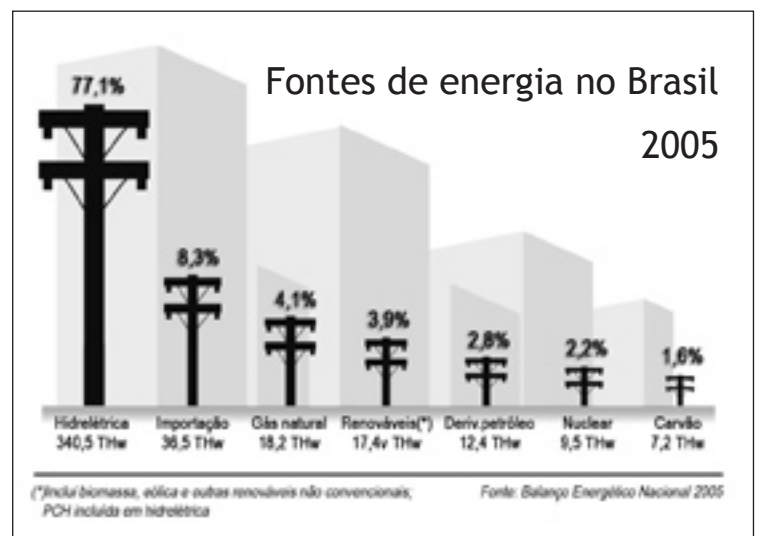
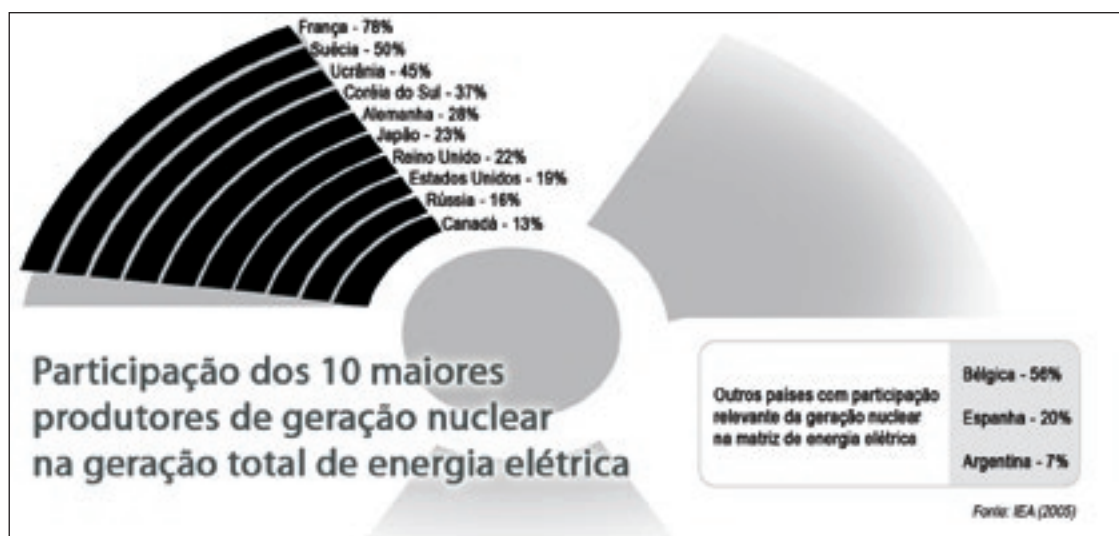
– O governo tem de decidir o mais rápido possível [sobre a retomada do projeto], porque também estão sendo gastos US\$ 20 milhões ao ano para manter os equipamentos de Angra 3.

Brasil possui a sexta maior reserva de urânio do mundo

ELETRONUCLEAR



Acima, turbina utilizada na usina de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro: expansão da geração nuclear em debate



Usinas poderão suprir 6% da demanda

As usinas nucleares poderão atingir de 5% a 6% da geração de energia elétrica do país em 2030, se for concluída a construção de Angra 3 – que passaria a operar a partir de 2012 – e forem construídas mais quatro ou seis usinas em duas centrais, localizadas no Nordeste e no Sudeste.

Isso é o que propõe o programa de energia nuclear que está sendo analisado pelo governo federal, segundo o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Gonçalves.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já declarou ser contra a expansão da matriz nuclear, diferentemente da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que esteve à frente da pasta de Minas e Energia.

– Essa posição da ministra Marina Silva pode mudar assim que houver uma conversa mais aprofundada – acredita o presidente da Cnen, autarquia que

funciona como principal assessora do governo para assuntos nucleares.

Gonçalves lembra que nunca houve registro de acidentes no Ocidente e que hoje o lixo nuclear é 100% controlado. Afirma ainda que alguns países utilizam principalmente energia nuclear, caso da França (78%).

Questão dos rejeitos não preocupa Cnen

Há poucos meses, o Ministério Público Federal em Angra dos Reis entrou com ação civil pública contra a União, a Eletronuclear – que opera as usinas nucleares no Brasil – e a Cnen, exigindo a construção de um depósito final para os rejeitos radioativos de baixa e média atividade das unidades de Angra.

– A construção de um depósito definitivo só é feita depois que existe uma quantidade grande de rejeitos, e isso só ocorrerá após a discussão do tamanho que terá o parque nuclear brasileiro

– explica Gonçalves.

Segundo Leonam Guimarães, da Eletronuclear, o lixo radiativo está hoje em depósitos iniciais junto às usinas, como previsto em lei, e lá poderá permanecer por 50 anos, quando só então a Cnen teria a obrigação de instalar no país os depósitos definitivos.

– Não existe urgência porque os rejeitos estão perfeitamente armazenados e de forma segura. Na Espanha, por exemplo, os reatores foram construídos em 1968 e o depósito definitivo só surgiu em 1992 – diz Guimarães.

A afirmação de que a energia nuclear é cara, por sua vez, é contestada pelos especialistas da área.

– Estudo do Ministério de Minas e Energia mostra que o valor da energia a ser gerada por Angra 3 é de R\$ 138,14 por megawatt, ou seja, ela é competitiva com as térmicas a gás e até com algumas hidrelétricas – assinala o presidente da Cnen.

Ecologistas: alternativa é “cara, suja e perigosa”

Cara, ultrapassada, suja e perigosa (pelo lixo radiativo que produz). Essas são algumas das qualificações dadas pelos ambientalistas à energia nuclear. Mas alguns deles também já se manifestam a favor dessa matriz energética, dada a baixa emissão de gases de efeito estufa.

– Na verdade, a imensa maioria é contrária à energia nuclear. Não tem emissão de dióxido de carbono em seu funcionamento, mas isso acontece no processo de construção. Além disso, é muito cara e suja pelo lixo radiativo, sem contar os riscos de um acidente – afirma o coordenador da campanha de energia nuclear do Greenpeace, Guilherme Leonardi.

Para a ONG internacional, o Brasil tem condições de alcançar o percentual de 88% de energia limpa até 2050.

É o que propõe o estudo Revolução energética – Perspectivas para uma energia sustentável, encomendado pelo Greenpeace e pela Comissão Europeia de Energia Renovável.

Segundo o estudo, para realizar uma revolução energética é preciso implementar soluções renováveis, respeitar os limites naturais do meio ambiente, eliminar gradualmente as fontes de energia não-sustentáveis, promover a equidade na utilização dos recursos e desvincular o crescimento econômico do consumo de combustíveis fósseis.

Num cenário de evolução, segundo Leonardi, a matriz energética no Brasil deverá estar dividida à base de 38% de hidrelétricas, 26% de biomassa, 20% de energia eólica, 4% de energia solar e apenas 12% de gás.

SENADO



Leomar Quintanilha (terceiro, a partir da esquerda) presidiu audiência com especialistas sobre o pão francês, acompanhada pelos senadores membros da CMA



“Pão francês por quilo favorece consumidor”

Os participantes de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) defenderam a venda do pão francês a peso como a forma mais justa de negociar o produto. O vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria (Abip), Antonio Carlos Henriques, que também representou a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), pediu a manutenção dessa forma de comercialização.

— É uma relação mais justa e honesta com o consumidor, que terá a visão clara de que compra 100 gramas de pão e paga por 100 gramas de pão. E terá clareza de que o Inmetro afere a balança — disse Henriques.

O debate público foi realizado para esclarecer melhor os sena-

dores sobre projeto apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que autoriza as padarias a venderem pão francês tanto por peso quanto por unidade de 50 gramas (PLS 294/06). Em outubro, o governo determinou que esse tipo de pão passasse a ser vendido apenas por peso.

Henriques e os outros especialistas presentes destacaram que houve problemas pontuais durante a transição dos modos de venda, mas que a situação está se regularizando.

Segundo Henriques, o aumento de preço percebido pelos consumidores foi resultado da majoração do trigo.

Em manifestação enviada à comissão, o assessor execu-

tivo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Marcos Vinícius Pó, apontou “grandes vantagens” na venda do pão francês por peso quanto à confiança e transparência da negociação.

Idec, Inmetro e panificadoras só vêem vantagens na venda por quilo

O presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), João Alziro Hertz da Jornada, destacou a importância do pão francês para o brasileiro, por ser produto da cesta básica e representar um item de consumo difundido em todo o país. Ele lembrou que, quando era vendido por unidade, o pão francês foi campeão de irregularidades, chegando a ter variações de 35% em seu peso.

Relator discorda e acha que “periferia” será prejudicada

Durante a audiência pública, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), relator do PLS 294/06, defendeu fortemente o direito do consumidor de ter opção na forma de pagar pelo produto — por peso ou unidade.

Heráclito afirmou que, muitas vezes, quando a compra do pão é por peso, as padarias dão o troco em confeitos e não em dinheiro. O senador acredita ainda que não se deve temer dificuldades de fiscalização, e, sim, pensar no consumidor mais pobre.

— Ninguém na periferia acredita em balança — afirmou.

Heráclito chegou a pedir a realização de nova audiência pública sobre o assunto, desta vez com a presença de representantes de consumidores, mas a sugestão foi rejeitada pelos membros da comissão. Em outubro, o governo determinou que o pão francês passasse a ser vendido apenas

por peso. Até então, a venda era realizada obrigatoriamente por unidade.

A audiência foi realizada a pedido do senador Sibá Machado (PT-AC), para quem a melhor forma de cobrar o pão francês é pelo peso. Essa seria a “maneira mais fácil de garantir respeito ao consumidor”, na opinião de Sibá.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) sugeriu um padrão duplo de cobrança: o pão seria vendido por unidade e por peso, ou seja, uma pessoa que pedisse dez pães franceses teria que ter um pacote pesando 500 gramas, com uma variação máxima de 5% no peso do produto. Lucena afirmou que apresentará emenda nesse sentido.

Já o senador Augusto Botelho (PT-RR) acredita tratar-se de uma questão de tempo para que as pessoas se adaptem a comprar o pão por peso.



Wellington Salgado (E) quer debater energia nuclear. Eduardo Azeredo propõe criar subcomissão



Subcomissão discutirá a informática

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou a criação da Subcomissão Permanente de Serviços de Informática, que discutirá os serviços prestados ao cidadão e à sociedade por meio das tecnologias ligadas ao setor. A subcomissão será composta por cinco titulares e cinco suplentes.

A matéria envolve computadores, suas redes, o software que as faz funcionar, dispositivos de comunicação, por meio de telefonia fixa, móvel e via rede de computadores, a transmissão de sinais de rádio digital, a televisão via rede de computadores e outras aplicações. Discussões sobre a inclusão digital também se darão no recém-criado

órgão.

— Será foro de discussão para a inclusão digital, navegação pela internet e comunicação por e-mail, além da utilização de serviços bancários e compras de produtos pelos cidadãos. Também poderão surgir sugestões de projetos de leis e criações de outras normas — explicou o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do requerimento.

“Será feito ainda o acompanhamento das iniciativas dos governos federal, estaduais e municipais, na prestação de serviços ao cidadão mediante o uso da informática, o chamado e-Gov; os esforços do Poder Judiciário para informatização do processo judicial; e as propostas do Poder Legislativo de tornar

disponíveis à sociedade as matérias legislativas em tramitação e as discussões das comissões técnicas”, afirma Azeredo ao justificar o pedido.

Outro requerimento aprovado, de autoria do presidente da CCT, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), determina que a audiência pública que debaterá projetos de implantação de energia nuclear como parte da matriz energética brasileira, aprovada na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), seja realizada em conjunto com a CCT. Também foi adiada a audiência pública destinada a ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Resende.

TV digital tira do ar canais públicos

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Plínio de Aguiar Júnior, o presidente da Associação Brasileira de TV por Assinatura (Abta), Christopher Torto, e o diretor-geral da TV Senado, James Gama, participaram de audiência pública para discutir as razões pelas quais as empresas prestadoras de serviço de TV a cabo deixaram de transmitir os canais de emissoras de instituições públicas. O problema se deu a partir da migração do sistema de transmissão a cabo analógico para o sistema com tecnologia digital. Requerimento nesse sentido foi aprovado na reunião da CCT. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), autor do pedido, explicou que em algumas localidades da região Sul e em Belo Horizonte não é mais possível acessar a TV Senado se o aparelho estiver conectado a uma TV a cabo com tecnologia de transmissão com sinal digital. — Isso é um prejuízo grande à transparência — advertiu.

CCT avalia 14 concessões de rádio e TV

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) reúne-se nesta quarta-feira, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, para examinar 14 projetos de decreto legislativo (PDLs) que visam autorizar, permitir ou conceder a execução de serviços de radiodifusão comunitária, sonora ou de sons e imagens. Constam, entre os itens da pauta, duas concessões para execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens no estado de Minas Gerais — uma para a cidade de Patrocínio e outra para São Sebastião do Paraíso. Também estão na pauta da CCT oito projetos de decreto legislativo que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária. Ainda serão examinados quatro projetos que permitem ou concedem a execução de serviços de radiodifusão sonora, entre os quais o que renova a permissão outorgada à Rádio Centenário de Araras Ltda., localizada na cidade de Araras (SP).

COMISSÕES DE INQUÉRITO

Senador gaúcho defende a instituição das CPIs

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) registrou que o então presidente e hoje senador Fernando Collor (PTB-AL) não tentou impedir nem barrar a criação da comissão mista que acarretou seu impeachment. Para o senador gaúcho, a postura de Collor não foi seguida por Fernando Henrique e Luiz Inácio Lula da Silva, presidentes que o sucederam.

— Ao contrário, o que aconteceu, a partir de então, foi uma seqüência de pressões contrárias à instalação de CPIs, o que levou as chamadas minorias a apelarem ao Supremo Tribunal Federal em defesa de seus direitos constitucionais. Foi o caso, por exemplo, da CPI dos Bingos, que só pôde ser instalada após determinação do STF — recordou Simon.



Simon (D) e Collor: debate sobre os episódios que culminaram com o afastamento do então presidente da República

Para Simon, processo contra Fernando Collor foi legítimo

Em mais de duas horas de pronunciamento, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu na quarta-feira as atividades da comissão parlamentar de inquérito, da qual participou, que investigou em 1992 denúncias de corrupção contra o governo do agora senador Fernando Collor (PTB-AL), culminando com a cassação dos direitos políticos do então presidente da República. Simon concedeu apertes a Collor, mas disse que o trabalho da CPI foi

legítimo e reuniu depoimentos e provas documentais suficientes para justificar o processo de impedimento contra o então presidente.

Entretanto, destacou que o retorno de Collor à vida política também é legítimo.

— É a vontade do povo de Alagoas, contra a qual será antidemocrática qualquer oposição. O seu mandato de hoje é legítimo como legítimo foi o seu afastamento em 1992 — afirmou.

Em apertes, ex-presidente reafirma inocência

O senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL) contestou, em apertes, o discurso do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Para ele, as acusações que resultaram em seu impeachment eram ineptas, já que foi posteriormente absolvido pelo Supremo Tribunal Federal.

— Apresento fatos — disse Collor, em resposta a Simon.

Por sua vez, ao comentar o

discurso de Simon, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que estava convicto, em 1992, da necessidade do impeachment do ex-presidente ao votou favoravelmente à suspensão de seus direitos políticos.

— Tendo sido eleito para o Senado, já disse a Fernando Collor que o tratarei como um legítimo representante do povo — concluiu Suplicy.

CPI investiga repasses às ONGs de 1999 a 2006

O período do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso também deverá ser investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito das Organizações Não-Governamentais (CPI das ONGs). Requerimento nesse sentido, apresentado pela base governista, foi lido na última terça-feira, em Plenário, pelo senador Jayme Campos (PFL-MT), que se encontrava na presidência dos trabalhos.

Criada na semana passada por meio de requerimento do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), a

comissão inicialmente iria apurar a transferência de recursos públicos e de fontes no exterior às ONGs e às organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) no período de 2003 a 2006. O requerimento da base governista, lido pouco antes do encerramento da sessão plenária, retrocede ao ano de 1999 nas investigações.

Depois de instalada, a comissão terá o prazo de 120 dias para apurar o repasse dos recursos às ONGs e às Oscips. O colegiado contará com um orçamento de R\$ 100 mil para os trabalhos.



Heráclito Fortes é autor do requerimento que criou a comissão de inquérito

Heráclito condena uso de aeroportos pelo governo

Ao comentar a crise aérea, que provocou a tentativa, na Câmara dos Deputados, de criação de uma CPI para investigar o setor, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sugeriu que o governo federal suspenda as operações militares em aeroportos civis. Como, por exemplo, no congestionado Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Para Heráclito, enquanto os cidadãos enfrentam a crise do “apagão” aéreo, ministros e assessores de segundo e terceiro

escalões mantêm uma movimentada “farra de jatinhos” no aeroporto paulistano, “por conta da viúva”. Além disso, disse, o jato presidencial paralisa o espaço aéreo toda vez que pousa naquele aeroporto.

— O governo precisa demonstrar que quer resolver a crise. Que suspenda as operações militares em aeroportos civis, porque Congonhas é um aeroporto civil. Ouvimos afirmações de que na Semana Santa estará tudo

sob controle, como no carnaval estaria, e a verdade não é essa. Não é possível a sociedade pagar esse preço e colocar a culpa nos controladores — declarou.

Heráclito afirmou que os equipamentos utilizados pelo Cindacta, que têm enfrentado panes, são da década de 70 e que, enquanto o governo Fernando Henrique Cardoso investia no projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), o PT, na oposição, combatia o projeto.

Deputados barram a criação da CPI do Apagão Aéreo

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira o recurso do PT contra a criação da CPI do Apagão Aéreo. O Plenário acompanhou o parecer da Comissão de Justiça daquela Casa, que considerou não haver, no requerimento da oposição, fato determinado exigido pela Constituição. Com isso, a CPI não poderá ser instalada.

Um acordo de procedimentos viabilizou a votação pelo Plenário e garantiu a discussão da matéria por três deputados favoráveis e três contrários.

Antes da votação, diversas lideranças partidárias, como os deputados Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), Onyx Lorenzoni (PFL-RS) e Fernando Coruja (PPS-SC), fizeram questões de ordem ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, contestando a decisão de colocar o recurso em votação à frente das medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta. Para o deputado Fernando Coruja, o governo poderia deixar para analisar o recurso depois das MPs e depois que Supremo Tribunal Federal se manifestasse sobre a mandado de segurança pela criação da CPI, impetrado pela oposição.

Virgílio cita reportagem que acusa CGU de proteger o PT

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, pediu a transcrição nos Anais do Senado de reportagem do jornalista Hugo Braga, publicada na edição de quinta-feira do jornal Correio Braziliense, sobre a atuação da Controladoria Geral da União (CGU). O jornalista informa que o Tribunal de Contas da União (TCU) fez uma auditoria na CGU, órgão responsável por fiscalizar o uso do dinheiro público, e confirmou um desequilíbrio favorável ao PT nas contas das prefeituras de cidades com mais de 500 mil habitantes.

Virgílio salientou que é justamente o partido do presidente da República que administra o maior número de municípios a partir dessa linha de 500 mil habitantes. A soma dos recursos de prefeituras não auditadas pela CGU, de acordo com a matéria, atingiria a casa de R\$ 14,8 bilhões em 2005.

O senador condenou ainda o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) por “potentados sindicais” para fazer propaganda a favor da manutenção do veto à Emenda 3 do projeto que cria a Super-Receita, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



TCU aponta falhas no Ministério das Cidades, afirma Antonio Carlos

ACM alerta sobre liberação irregular de verbas pelo governo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um alerta ao presidente Lula para que não permita a repetição, em seu segundo mandato, “dos crimes já praticados em seu governo”. O senador citou o resultado da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou graves falhas na liberação de recursos pelo Ministério das Cidades.

Com base em dados da auditoria, ACM disse que, no período 2003/2005, 90% dos projetos aprovados não passaram sequer por uma análise técnica

do ministério. O senador assinalou que, nesse período, foram liberados irregularmente R\$ 2,4 bilhões.

— É uma temeridade que obras de infra-estrutura, saneamento e habitação, que constam no Programa de Aceleração do Crescimento, passem pelo Ministério das Cidades — afirmou.

ACM lembrou que o Senado aprovou recentemente créditos extraordinários no total de R\$ 890 milhões, que foram gastos antes mesmo que as medidas provisórias fossem devidamente analisadas.

Restabelecido, Antonio Carlos retorna à tribuna

Após enfrentar oito dias de internação no Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas de São Paulo, Antonio Carlos Magalhães retornou na terça-feira à tribuna do Senado para agradecer as visitas e as mensagens de melhora recebidas de parlamentares, amigos, colegas, admiradores e adversários de todo o país. Em apertes, 23 senadores comemoraram o retorno do colega. Antonio Carlos agradeceu a Deus e aos profissionais de saúde, médicos e enfermeiros, que o atenderam de 7 a 15 de março, quando esteve internado devido a uma pneumonia e a problemas renais.

INCLUSÃO Senado assume vanguarda contra discriminação e lança campanha no Dia Mundial da Síndrome de Down



Senadores como Tuma, Renan, Azeredo e Paim se uniram ao jogador Romário, ao ator Marcos Caruso e a uma multidão para defender inclusão aos portadores de Down

Renan conclama sociedade contra o preconceito

Derrubar as barreiras do preconceito e construir um Brasil mais igual, com todas as suas diferenças, é mais do que um desafio, é um compromisso, declarou o presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o lançamento da campanha Aprendendo com as Diferenças, que marca o Dia Mundial da Síndrome de Down. Renan conclamou todos os presentes a se engajarem na luta contra todo tipo de discriminação e contra a falta de informação.

O Brasil ainda tem muito a denunciar e a esclarecer, de acordo com Renan, que ressaltou a necessidade de todos se unirem na luta por maior inclusão no mercado de trabalho, na mídia e nos espaços públicos. O presidente do Senado alertou também para a necessidade de atendimento especializado no sistema de saúde e defendeu o direito ao ensino regular, com professores capacitados a acolherem crianças e jovens

portadores da síndrome de Down.

– A pessoa com Down é diferente, sim. Tem algumas limitações que muitos de nós não temos, é verdade. Mas a pessoa com Down é igual a todos nós, com seus desejos, inseguranças, angústias e alegrias, direitos e deveres. E é como cidadão pleno que a pessoa com síndrome de Down precisa ser homenageada, no dia de hoje, e ter seus direitos garantidos – afirmou Renan.

Apesar de admitir que ainda há muito a ser feito na luta em favor da inclusão das pessoas portadoras de deficiência, Renan destacou que o Senado vem tomando iniciativas nesse sentido, como a aprovação da lei que autorizou o portador de deficiência visual a frequentar locais públicos acompanhado de cão-guia e da que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação entre portadores de deficiência auditiva.

Romário diz que é hora de agir

Dezenas de parlamentares, assessores, funcionários das duas Casas do Congresso, jornalistas, torcedores e fãs fizeram marcação cerrada durante as quase duas horas que Romário permaneceu no Senado na tarde de quarta-feira. No lançamento da campanha Aprendendo com as Diferenças, o atacante do Vasco da Gama contou como o nascimento da sua filha, Yvy, hoje com dois anos, provocou mudanças na sua vida.

– O dia de hoje tem que marcar a história do país. Está na hora de o brasileiro em geral parar de falar e ter um pouco de atitude em relação a tudo de ruim que acontece na vida. Será que os portadores de Down são diferentes ou [diferentes] somos nós, que provocamos tanta guerra e violência?

Essas crianças vivem em um mundo de amor e alegria que, infelizmente, ainda não estamos preparados para acompanhar – afirmou Romário.

Várias personalidades do esporte e do mundo cultural prestigiaram não somente o lançamento da campanha mas também a audiência pública conjunta promovida pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu a importância da mídia na inclusão social de deficientes.

O ator Marcos Frota aplaudiu a iniciativa do Senado e opinou que o evento é importante para ampliar a conscientização sobre o assunto e despertar o sentimento de cidadania da população.

Discriminação começa dentro de casa

Em depoimento na audiência pública sobre a importância dos meios de comunicação na inclusão social de pessoas com deficiência, o cineasta Evaldo Mocarzel, pai da atriz Joana Mocarzel (a Clarinha da novela Páginas da Vida), portadora da síndrome de Down, afirmou que o preconceito e a discriminação começam dentro da própria casa do portador de deficiência.

Para ele, só uma “informação humanizada” pode combater a discriminação e o preconceito e garantir a inclusão das pessoas com deficiência.

Helena Werneck, mãe de portador da síndrome de Down e presidente do Insti-

tuto MetaSocial, disse que está faltando no Brasil informações adequadas para que a sociedade acolha as pessoas com deficiência. Para ela, o papel desempenhado pela atriz foi de “fundamental importância” para abrir portas na sociedade a outros portadores da síndrome.

Experiências bem-sucedidas de inserção social foram relatadas na reunião por portadores da síndrome. Maria Carolina Ballesteros falou sobre livro de memórias de sua autoria, Tathiana Piancastelli Heiderich relatou as dificuldades que enfrentou para aprender a ler e a escrever e também falou sobre o seu sucesso em dois empregos que tem em Campinas (SP).



De cima para baixo, Romário, a esposa Isabella e a filha Ivy; a atriz Joana Mocarzel; o assessor parlamentar Rodrigo Marinho; Tathiana Heiderich com os senadores Arthur Virgílio Neto, Renan Calheiros e Heráclito Fortes

Senadores apontam caminhos a favor da pessoa com deficiência

Após a audiência pública conjunta da CAS e da CDH, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) elogiou as discussões trazidas à tona pelo evento, mas afirmou que ainda é necessária a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência (PLS 06/03).

O relator do projeto, senador Flávio Arns (PT-PR), disse que o Congresso Nacional está comprometido com a luta contra qualquer tipo de preconceito, observando, no entanto, que, no caso dos portadores de deficiência, ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

– Todas as pessoas com deficiência têm que ter os seus direitos básicos assegurados – defendeu.

Para o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), as escolas que atendem pessoas com deficiência devem ser contempladas prioritariamente com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Já a senadora Rosalba Ciarlini (PFL-RN) advertiu que é necessário que todos os setores sociais se unam para assegurar os direitos das pessoas com deficiência.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), destacou o trabalho de Flávio Arns na luta pela inclusão social de portadores da síndrome de Down, enquanto o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), observou que a campanha uniu o Senado, sendo mais uma contribuição no esforço contra o preconceito que ainda cerca pessoas que têm a síndrome.

Conhecimento sobre a síndrome evoluiu muito em 30 anos

Até duas décadas atrás, a síndrome de Down era uma doença pouco conhecida e divulgada. Recentemente, devido à exposição do tema pela mídia e a amplos processos de mobilização da sociedade, o conhecimento sobre a síndrome ganhou nova dimensão.

Segundo a neuropediatra Jeanne Alves de Souza Mazza, da Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams), hoje já se sabe que a síndrome de Down não é uma deficiência mental severa e que seu portador pode ter um desenvolvimento intelectual considerável em várias áreas do conhecimento. A neuropediatra disse ainda que nos últimos 30 anos muito se evoluiu na compreensão da doença, mas o trabalho nessa área, na sua opinião, está apenas no começo.

– Se devidamente estimulada e incentivada, a pessoa com síndrome de Down pode vestir-se sozinha, comunicar-se, ter um bom desenvolvimento espacial, realizar atividades de lazer e, dependendo do tipo de ocupação, trabalhar e ter aproveitamento escolar – afirmou a médica.

MEMÓRIA Sessão especial no Plenário lembra a trajetória do ex-senador Darcy Ribeiro, que morreu em 1997



Darcy Ribeiro, mineiro, antropólogo e educador, foi senador na década de 90 e o relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação



Cristovam, da tribuna, faz a elegia da vida e obra de Darcy Ribeiro: "ele mostrou que o progresso só se faz com educação"

*Fracassei em tudo o que tentei na vida.
Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui.
Tentei salvar os índios, não consegui.
Tentei fazer uma universidade séria e fracassei.
Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei.
Mas os fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.*

Darcy Ribeiro

Dez anos sem o apóstolo da educação

O intelectual, escritor, professor e ex-senador Darcy Ribeiro foi homenageado em sessão especial na quarta-feira. A iniciativa do senador Cristovam Buarque marcou os dez anos da morte do antropólogo e educador que insistia em "salvar as crianças do Brasil" e se notabilizou pela luta por um ensino público gratuito e de qualidade, e pela defesa dos índios brasileiros e das reformas sociais. Darcy Ribeiro se elegeu senador em 1990, mas o câncer impediu que conclísse seu mandato.

Um profeta do desenvolvimento civilizatório

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou, na sessão de homenagem a Darcy Ribeiro, que o político e intelectual foi um "profeta" do desenvolvimento civilizatório. O senador justificou o atributo ao destacar as ações do homenageado no campo da educação, segundo Cristovam já compreendida por Darcy como o "vetor correto" do desenvolvimento.

- Hoje, creio que todos estamos chegando à idéia, ao acordo, de que o progresso não vem da ordem, mas da educação. O progresso não vem do chão de fábrica, mas dos bancos de escola - disse.

Um lutador pela educação básica de qualidade

Para Renan Calheiros (PMDB-AL), Darcy Ribeiro foi quem verdadeiramente lutou pela educação básica.

- Em suas palavras, vivemos a situação de uma educação primária que produz mais analfabetos que alfabetizados; de uma escola média que não prepara ninguém; e de uma escola superior em que, na maior parte dos casos, o professor faz de conta que ensina e o aluno faz de conta que aprende. Transformar essa realidade, sempre inspirados por Darcy, é nosso desafio permanente - disse.

Um crítico das elites retrógradas do Brasil

Mão Santa (PMDB-PI) citou diversas declarações atribuídas ao antropólogo e educador, entre as quais uma em que Darcy dizia que "não há como negar que a culpa do atraso cabe a nós, os ricos, os brancos, os educados, que impusemos, desde sempre, ao Brasil, a hegemonia de uma elite retrógrada, que só atua em seu próprio benefício".

Outra frase, mais conhecida, é aquela em que o antropólogo, ao tratar da situação da educação no país, teria dito que "os professores fingem que ensinam, enquanto os alunos fazem de conta que aprendem".

Competência e genialidade nas causas que abraçava

Francisco Dornelles (PP-RJ) destacou a inteligência, a competência e a genialidade de Darcy e a devoção às causas que abraçava. Citou o que chamou de "marcos da vida" de Darcy, como o Museu do Índio (1953), a Universidade de Brasília (1960) e os Centros Integrados de Educação Pública (1983).

Força para dizer ao país como reagir ao crime

Adelmir Santana (PFL-DF) afirmou que, se vivo estivesse, Darcy Ribeiro estaria ensinando ao país como reagir ao quadro de violência e a demonstrar indignação e até organizando movimento com o objetivo de engajar a sociedade.

Verdadeiro gênio da raça deixa lacuna impreenchível

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), Darcy Ribeiro era um verdadeiro gênio da raça brasileira e deixou uma lacuna impreenchível na história do país.

- Darcy era fonte, possibilitava que pessoas, como tantos de nós, pudessem ir a ele para beber suas idéias, Temos que comemorar e celebrar Darcy.

Universidade aberta seria a maior homenagem

Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que a melhor maneira de homenagear Darcy Ribeiro será garantir a implantação de uma das "brilhantes" idéias formuladas pelo intelectual: a "universidade aberta", baseada no ensino a distância, com alcance em todo o país.

Vice-governador, ministro, senador e autor de livros

Renato Casagrande (PSB-ES) destacou a vida pública de Darcy Ribeiro, lembrando os cargos de ministro da Educação e vice-governador do Rio de Janeiro, além de senador. Ele sugeriu a leitura do livro *O povo brasileiro*, livro que Darcy escreveu após fugir do hospital, antes de morrer.

Uma vida dedicada ao país

- ▶ Nasce em Montes Claros (MG), em 26 de outubro de 1922.
- ▶ Formado em Ciências Sociais com especialização em Antropologia (1946), dedica os dez anos seguintes ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia.
- ▶ Cria a Universidade de Brasília, da qual foi o primeiro reitor (1960).
- ▶ Ministro da Educação no governo Jânio Quadros (1961).
- ▶ Era ministro-chefe da Casa Civil de João Goulart, responsável pela implantação das chamadas "reformas de base", quando o golpe militar de

1964 o coloca no exílio.

- ▶ Passa os 12 anos seguintes em países como Uruguai, Chile e Peru, associando suas propostas de reforma universitária aos governos de esquerda que existiam no continente.
- ▶ Volta ao Brasil, em 1976, quatro anos antes da Lei da Anistia, que viria a devolver seus direitos políticos.
- ▶ Filiado ao PDT, elege-se vice-governador do Rio de Janeiro (1982) na chapa de Leonel Brizola e é coordenador do programa de educação cuja meta era implantar os chamados Cieps - 500 grandes escolas

de turno integral, para mil crianças e adolescentes cada.

- ▶ Elege-se senador (1990) e, além da educação, defende projetos como uma lei de trânsito que protege mais os pedestres; uma lei para tornar mais fácil a doação de órgãos para transplantes e outra que proíbe a livre comercialização da cola de sapateiro (que vicia e mata milhares de menores de rua pelo país afora).
- ▶ Entre 1991 e 1992, no segundo governo Brizola no Rio, assume como secretário extraordinário de Programas Especiais, ocupando-se em completar a

rede dos Cieps e criar um novo padrão de ensino médio, através dos ginásios públicos.

- ▶ Veste o fardão de imortal da Academia Brasileira de Letras, sendo eleito em 8 de outubro de 1992.
- ▶ Relator no Senado da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20/12/96 como Lei Darcy Ribeiro.
- ▶ Após longa e penosa luta contra o câncer, iniciada 23 anos antes, com a retirada de um pulmão, Darcy Ribeiro morre em 17 de fevereiro de 1997, aos 74 anos.

PLENÁRIO



Santuários ecológicos como este em Bonito (MS) podem ser afetados com avanço do efeito estufa

Congresso se mobiliza em defesa da água

Discursos no Plenário e o lançamento da Frente Parlamentar Mista Amazônia para Sempre marcaram, na quinta-feira, a comemoração do Dia Mundial da Água. Estiveram presentes no lançamento a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, além dos senadores Serys Slhessarenko e Arthur Virgílio. O objetivo da frente é estimular a preservação da região, que detém 9% da água doce do planeta.

Valadares propõe medidas ousadas contra escassez

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu medidas ousadas para evitar a escassez de água no país, em futuro próximo. Embora reconhecendo como positivo o fato de o governo ter aprovado em 2006 o Plano Nacional de Recursos Hídricos, que visa garantir o uso racional da água até 2020, ressaltou que alguns dispositivos nem sequer foram efetivados. Entre esses, mencionou a responsabilidade das companhias de saneamento sobre o tratamento de água e pediu providências ao governo quanto à regulamentação dessa atividade.

Delcidio afirma que Ibama precisa ter melhor estrutura

Delcidio Amaral (PT-MS) alertou para os desafios futuros na área do meio ambiente, especialmente em relação à disponibilidade mundial de água potável. Dentre os desafios, o senador citou a necessidade de projetos de desenvolvimento comprometidos com a preservação de regiões como o Pantanal e a Amazônia. “Quem tiver água neste milênio, tem futuro”, observou o parlamentar, acrescentando que o Ibama precisa ser mais bem estruturado para enfrentar os novos desafios ambientais.

Inácio Arruda adverte para perigo de desertificação

Inácio Arruda (PCdoB-CE) registrou a realização da 5ª sessão do Comitê de Revisão da Implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, entre 12 e 21 deste mês, em Buenos Aires. Ele ressaltou a importância da discussão para o semi-árido do Nordeste brasileiro, que, segundo advertências de cientistas e ambientalistas, caminha para a desertificação em função da degradação da terra pela ação do homem.

Valter Pereira: conflitos serão em torno do recurso

Valter Pereira (PMDB-MS) lembrou que só há poucos anos a Humanidade atentou para a escassez de água doce no planeta e para o seu valor, o que levou à previsão de que no futuro os conflitos serão em torno desse recurso natural. – O padrão de desenvolvimento econômico desordenado nos torna desperdiçadores do valioso produto. A poluição e o assoreamento são um crime contra o meio ambiente e contra o nosso futuro.

Flexa Ribeiro diz que cobiça pode se intensificar

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou atenção para as péssimas condições dos amazônidas. Segundo ele, apesar de viver na maior reserva de água doce do planeta, grande parte do povo da Amazônia não tem acesso à água potável. – A Amazônia já é alvo de cobiça internacional por sua biodiversidade, e, à medida que for rareando a água, a cobiça se voltará para a região com mais intensidade.

Casagrande anuncia projeto para beneficiar produtor rural

Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou que apresentou projeto de lei que visa beneficiar o produtor rural que adotar princípios, métodos e técnicas que resultem na diminuição de sedimentos e na redução de contaminação e de resíduos que seriam despejados em cursos d'água. O senador disse que a sua proposta procura aperfeiçoar a Lei 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, cujos dispositivos consagram a gestão integrada e descentralizada por meio dos comitês de bacias.

Garibaldi defende distribuição democrática da água no Brasil

Garibaldi Alves (PMDB-RN) defendeu um esforço urgente em prol da água, que disse considerar o recurso natural mais importante do planeta. “Levar a água de onde tem para onde não tem é realmente integrar o grande manancial hídrico que o país possui”, defendeu. Segundo ele, três providências são indispensáveis: evitar o desperdício, despoluir os mananciais e distribuir democraticamente a água. Assim, afirmou, não haveria mais espaço para a divisão entre os estados nordestinos em torno da transposição do São Francisco.

Mesquita Júnior vê risco para energia renovável do país

Ao comentar a recente visita do presidente norte-americano, George W. Bush, ao Brasil, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse temer, em discurso feito na sexta-feira, que a aproximação com os Estados Unidos comprometa a autonomia e soberania dos programas brasileiros de energias renováveis, como o Proálcool e o biodiesel.

O senador afirmou que o biocombustível brasileiro, que ele denominou “combustível verde”, incomoda os Estados Unidos. Ressaltou que, em razão da questão energética, os EUA invadiram o Iraque, numa guerra que já matou mais de meio milhão de pessoas, o que, na sua opinião, significa um massacre.

Mesquita Júnior ressaltou que o Proálcool implantou a base

técnico-científica e industrial que tornou o Brasil referência mundial na substituição do petróleo, bem como líder na produção de biocombustíveis. Nos 34 anos de implantação do Proálcool, salientou, o país economizou cerca de 800 milhões de barris de petróleo e evitou a emissão de 644 milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera.

No mesmo discurso, o parlamentar questionou o fato de não existirem, no Amazonas, comitês de bacias hidrográficas. Ele cobrou a criação desses comitês para que a população possa participar das decisões em relação a seus rios. Salientou que os rios da região possuem 25% dos peixes do planeta e se constituem no maior potencial energético do Brasil.

Prova da OAB precisa ser abolida, afirma Gilvam Borges

A prova obrigatória da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para que o bacharel em Direito possa exercer a profissão de advogado “é uma excrescência” e precisa ser abolida do ordenamento jurídico do país, afirmou da tribuna o senador Gilvam Borges (PMDB-AP). “A prova não prova nada”, resumiu.

Para o senador, o chamado exame de ordem nem sequer avalia se o bacharel está apto ou não para exercer a profissão, mas apenas testa a capacidade de memorização do candidato.

Na opinião de Gilvam Borges, a OAB deve se restringir à fiscalização do exercício da profissão, e não avaliar, como vem fazendo, os cursos de Direito no país. Essa atribuição, segundo o parlamentar, não é competência da entidade.

Mão Santa critica “caráter autoritário” do governo Lula

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o que chamou de “caráter autoritário” do governo Lula, ao comentar notícia publicada no jornal espanhol El País e reproduzida na coluna de Ancelmo Góis em O Globo, de que o presidente da República “sonha com um governo sem oposição por dois anos, mas isso pode ser nocivo à democracia”.

Segundo o senador, um governante acerta mais se ouvir a verdade dura, dita por seus adversários, do que se der ouvidos aos elogios de seus aliados.

Recorrendo a ensinamentos de Montesquieu sobre a separação dos Poderes, Mão Santa afirmou que Executivo, Legislativo e Judiciário precisam ter igual força.

Como exemplo do caráter autoritário do atual governo, o senador citou os vetos à proposta de recriação da Sudene.

Maria do Carmo defende investimentos em educação

Maria do Carmo Alves (PFL-SE) ressaltou sexta-feira a necessidade de investimentos do Estado em qualidade de ensino e lamentou os resultados, que considera medíocres, do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), divulgados pelo Ministério da Educação. Ela lembrou ainda que, dos alunos matriculados em universidades federais, só 8% são oriundos de escolas públicas.

Maria do Carmo destacou o que considera uma revolução no setor em seu estado, na gestão do então governador João Alves Filho, a partir de 1999. Segundo disse, houve aumento expressivo de alunos matriculados no ensino superior que haviam cursado escolas públicas anteriormente: o número saltou de 22 para 614.

Serys reclama maior presença feminina nos três Poderes

Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu a ampliação da presença feminina nas esferas de poder, inclusive em cargos das Mesas do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. A reivindicação foi feita em discurso de saudação a Roseana Sarney (PMDB-MA) por ter assumido a função de líder do governo no Congresso Nacional e à servidora do Senado Cláudia Lyra, empossada secretária-geral da Mesa da Casa.

Serys assinalou também os esforços da bancada feminina para que as comissões técnicas do Senado coloquem em pauta projetos de interesse das mulheres. Observou que foi formulado requerimento ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no sentido de que as matérias também entrem em pauta no Plenário.

Voz do Leitor

INFRA-ESTRUTURA

“Quero expressar a minha satisfação com o trabalho do governo federal no que diz respeito aos serviços de infra-estrutura existentes no país.”

Rildo Alves de Oliveira, de Desterro (PB)

MAIORIDADE PENAL

“Eu gostaria que os senadores atendessem às propostas dos governadores de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, a favor da redução da maioria penal para os 16 anos, ou então aumentassem o tempo de pena dos menores infratores para dez anos. O Congresso deve lutar também, em minha opinião, para que o consumo de drogas seja legalizado.”

Ângela Ferreira da Silva, de Divinópolis (MG)

STF

“Eis que, data vênica, prosseguem a todo vapor as ações que visam converter a República única e soberana do Brasil em República da Chechênia. A recente sentença do STF removendo o teto e subteto salarial no Poder Judiciário, sob o argumento vazio e insultuoso de que a Justiça é nacional, confirma a teoria supracitada.”

Dílson Pereira, de Porteirinha (MG)

TRABALHO ESCRAVO

“O Brasil vem conquistando o mundo por meio de uma grande riqueza: a cana-de-açúcar. Mas tal riqueza é fruto do trabalho escravo de muitas pessoas.”

Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)

PENA DE MORTE

“Muitas crianças inocentes estão morrendo vítimas de balas perdidas devido ao aumento da criminalidade no país: assaltos, crimes hediondos, seqüestros,

tráfico de drogas, etc. A pena de morte tem que ser implantada no Brasil, para que os bandidos sejam punidos de forma severa.”

Luiz de Almeida Mauro Soares, de Novo Gama (GO)

TRANSPOSIÇÃO

“Parabenizo os senadores que estão trabalhando em defesa da transposição do São Francisco.”

Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)

VETO

“O Congresso Nacional tem deixado a desejar no que diz respeito à apreciação dos vetos do Poder Executivo aos projetos de lei. Esses vetos deveriam ser apreciados em até 15 dias, o que não ocorre mais. Existem projetos que foram vetados há mais de dez anos e até hoje nada aconteceu.”

Claudir Portella, de União da Vitória (PR)

THE ECONOMIST

“Congratulo a revista britânica The Economist, que publicou reportagem sobre o Congresso brasileiro. Nosso Parlamento não dá à sociedade um retorno à altura do investimento feito nele por meio do pagamento de impostos. O pior é que ainda concedemos um salvo-conduto (imunidade parlamentar) para aqueles que desconhecem o que é fazer política de forma ética. Faço minhas as palavras da revista, para a qual a tarefa mais difícil é proteger a democracia brasileira dela mesma.”

Fábio Tavares, do Rio de Janeiro (RJ)

PETROBRAS

“A Petrobras não pode atrapalhar a instalação da siderúrgica do Ceará. Os senadores devem ajudar a concretizar o sonho do povo cearense.”

Eugênio Colares Freitas Dias, de Trairi (CE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

FOCO NA EDUCAÇÃO

José Samuel Ferreira, de Maceió (AL)

“Será que a criação de uma nova Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, antes uma subcomissão da Comissão de Educação, não representará uma perda de foco educacional, uma vez que a pesquisa é bastante vinculada às universidades e os meios de comunicação influenciam na informação e na educação da sociedade?”

O senador Osmar Dias (PDT-PR) responde:

Eu fui contra essa divisão, pedi verificação de quórum tentando barrar a decisão, mas fui voto vencido. Considero o desmembramento uma perda para a Ciência e Tecnologia porque os debates deveriam se dar conjuntamente. Poderá ocorrer uma confusão muito grande na distribuição das matérias para as duas comissões. Acredito que o enfraquecimento da Comissão de Educação não foi um bom caminho.

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) responde:

A Comissão de Educação terá sempre grande importância. Ocorre que houve verdadeira explosão na área da ciência e tecnologia nos últimos cinco anos com a introdução de novas tecnologias e de pesquisas científicas. Se antes questões como a biotecnologia e a internet eram tratadas numa subcomissão, agora “saíram de casa” porque a própria sociedade exigiu a criação de um colegiado específico.

Agora é lei

Já está em vigor a Super-Receita

A Lei 11.457/07, que criou a Super-Receita, está em vigor. A Secretaria da Receita Federal passou a denominar-se Secretaria da Receita Federal do Brasil, subordinada ao ministro da Fazenda, incorporando funções da Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, que foi extinta.

Além das competências atribuídas pela legislação à antiga Secretaria da Receita Federal, cabe à chamada Super-Receita planejar, executar, acompanhar e avaliar atividades relativas à tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança e ao recolhimento de contribuições sociais. A lei estabelece separação contábil entre as receitas tributárias gerais e as contribuições previdenciárias e também determina que estas serão destinadas exclusivamente ao pagamento de benefícios ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS), possibilitando que a unificação da arrecadação dos tributos federais se faça sem contrariar a Constituição. A Secretaria da Receita Federal do Brasil prestará contas, anualmente, ao Conselho Nacional de Previdência Social dos resultados da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento do RGPS e das compensações a elas referentes.

O governo tentou criar a Super-Receita por meio de medida provisória em 2005. A MP acabou prescrevendo no Senado e a Super-Receita retornou ao Congresso por projeto de lei, sendo aprovada pela Câmara e pelo Senado e sancionada pelo presidente Lula no dia 16 de março.

Frases

“Nenhum governo irá fazer a revolução sanitária de que o Brasil precisa se vincular a indicação de nomes a cotas partidárias ou a outros interesses que não aqueles exclusivos da saúde pública”

Tião Viana, elogiando a escolha do novo ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

“Transformaremos nosso país em um deserto ou saberemos transformar os recursos em desenvolvimento?”

Cristovam Buarque, propondo discutir os possíveis efeitos do aumento da produção de álcool de cana-de-açúcar (etanol) no Brasil.

“Não se curvou jamais diante dos donos do poder. Denunciou masmorras e localizou desaparecidos políticos”

Pedro Simon, lamentando a morte do ex-presidente da CNBB dom Ivo Lorscheiter.

“O espetáculo a que o país assiste neste momento, com a formação do Ministério do segundo governo Lula, é um filme repetido, é um triste espetáculo *déjà vu*, com uma voracidade impressionante dos partidos da base governista a pedirem ministérios, cargos, quaisquer que sejam, sem que esses partidos, sejam quais forem, tenham uma política pública para executar”

Jefferson Péres, criticando a entrega de ministérios a parlamentares da base aliada.

“O maior desafio da segurança pública é combater a sofisticação das organizações criminosas”

Aloizio Mercadante, relator do projeto que agrava as penalidades contra o crime organizado.

“Creio que os investidores estão preocupados com o lucro imediato e já de olhos voltados para novas fontes de energia. Será que estariam dispostos a fazer os investimentos necessários para combater os males da monocultura?”

Sibá Machado, para quem o interesse de investidores no setor sucroalcooleiro poderá causar impacto no meio ambiente.

Foto da Semana

Na última quarta-feira, quando foi comemorado o Dia Internacional da Síndrome de Down, o Senado lançou a campanha Aprendendo com as Diferenças, contra a discriminação.

Participaram da solenidade artistas, portadores da síndrome e seus familiares. Na foto, Romeu Tuma (E), Verônica Calheiros, Isabella e o marido (o jogador Romário, com a filha Ivy), Eduardo Azeredo, Renan Calheiros e Paulo Paim



Rádio debate veto à Emenda 3

O programa Conexão Senado desta segunda-feira, a partir das 12h, debate ao vivo na Rádio Senado o veto do presidente da República à Emenda 3 do projeto da lei que cria a Super-Receita.

A emenda impedia auditores fiscais de atuar e multar prestadores de serviço que se organizam como empresas para pagar menos impostos. Com o veto, os auditores continuam a atuar, de forma a impedir o que considerarem uma contratação disfarçada, sem as devidas garantias trabalhistas. A oposição afirma que esse tipo de contratação é benéfica para os prestadores de serviço.

No lugar da Emenda 3, o governo apresentou projeto que muda o código tributário, para proibir o fiscal da Receita de multar sem dar, primeiro, o direito de defesa ao contribuinte.

Você também pode participar

do programa pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo e-mail conexao@senado.gov.br.

De Boi Barrica a Tecnomacumba

A atração do Escala Brasileira na quinta-feira, às 23h, é a maranhense Rita Ribeiro. Filha de Luís Costa, compositor de bumba-meu-boi, ela integrou o grupo folclórico Boi Barrica até que, em 1989, foi a São Paulo estudar canto com Ná Ozetti e Madalena Bernardes.

Seu primeiro CD foi lançado em 1997, produzido pelo paulista Mário Manga e pelo também maranhense Zeca Baleiro. Dois anos depois ela lançou, no Brasil (pelo



“Considero Tecnomacumba um manifesto de brasilidade”, diz, sobre seu CD, a cantora e compositora Rita Ribeiro, atração do Escala Brasileira

selo Putumayo) e nos Estados Unidos, Pérolas aos Povos. Também em 1999, Rita apresentou-se

no Festival de Montreaux, na Suíça. O mais recente disco da compositora é Tecnomacumba.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3

- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2

- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Pesquisa revela o Machado de Assis servidor público

ALEXANDRE GUIMARÃES

Era “um aprendiz cujo trabalho não rendia” e, “de vez em quando, ele abria um livro e começava a ler pelos cantos”. Assim é citada uma declaração do crítico, ex-deputado federal e imortal Alfredo Pujol sobre a provável – mas não documentada – passagem do adolescente Joaquim Maria Machado de Assis como iniciante na Tipografia da Imprensa Nacional.

Passagens como essa são parte da pesquisa de Paulo Guedes e Elizabeth Hazin para o cativante Machado de Assis e a administração pública federal, volume 68 das Edições do Senado Federal.

A obra, com introdução do escritor Ronaldo Costa Fernandes, se divide em duas partes. Na primeira, Paulo Guedes delinea a biografia do grande escritor e fundador da Academia Brasileira de Letras: sua vida pessoal, seu trabalho literário, o Rio de Janeiro de sua época e, em especial, sua carreira como servidor público federal.

Elizabeth Hazin, na segunda parte, apresenta-nos um “inventário de personagens funcionários públicos nos contos de Machado de Assis”. Assim, vemos Camilo, de A cartoman-



te, Brotero, de Papéis velhos, e quase 80 outros personagens que abrilhantaram o universo machadiano.

A riqueza do trabalho de investigação nos aponta um servidor público dedicado que, no auge da carreira, ocupou a chefia da 2ª Seção da Diretoria da Agricultura, onde acompanhou a execução, entre outras, das leis da Terra e do Ventre Livre.

Com o advento da República, da qual não era admirador, Machado de Assis passou a ocupar funções de menor importância, mas nunca sem dissabor pelo trabalho. Mesmo doente, não pediu aposentadoria.

Em 1908, ano da publicação de Memorial de Aires, pede licença para tratamento de saúde em 1º de junho. Terminava aí sua carreira de servidor público. Na madrugada de 29 de setembro, morre em sua casa na Rua Cosme Velho.

Vários são os trabalhos que tratam da vida de Machado de Assis. A preciosidade dessa biografia está no foco dado à quase totalmente ignorada carreira pública, tornando-a necessária a qualquer análise sobre o escritor que é a coluna do realismo brasileiro.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Machado de Assis e a administração pública federal, de Paulo Guedes e Elizabeth Hazin, é o volume 68 das Edições do Senado Federal e pode ser adquirido por R\$ 15. Mais informações pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Inscrição em pós-graduação no Unilegis vai até 4 de abril

Foi prorrogado para 4 de abril o prazo para inscrição nos quatro cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis): Administração Legislativa, Ciência Política, Direito Legislativo e Comunicação Legislativa.

Todos os cursos são gratuitos, presenciais, com duração de até 18 meses (360 horas/aula) e certificação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Com início entre maio e ju-

nho, os cursos oferecem, cada um, 45 vagas para servidores, sendo 36 para o Senado (que financia os cursos), três para a Câmara; uma para o Tribunal de Contas da União, uma para a Câmara Legislativa do Distrito Federal e quatro para órgãos conveniados ao Senado.

Os candidatos serão selecionados por avaliação escrita, a ser realizada no dia 13 de abril. Mais informações podem ser obtidas em www.senado.gov.br/unilegis.

SENADO

Acervo da biblioteca chega à era digital

Convênio formalizado na semana passada entre o Senado Federal, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) prevê a implantação da Biblioteca Digital do Senado, que possibilitará aos cidadãos o acesso por meio eletrônico a documentos jurídicos, legislativos e acadêmicos em padrões internacionais, disponíveis também em áudio, em linguagem adaptada a pessoas com deficiência visual.

Assinaram o documento o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente interino do STJ, Francisco Peçanha Martins, e o presidente do Ibict, Emir Suaiden.

– Hoje a Casa dá um passo decisivo na criação da biblioteca digital, pela cooperação técnica com o Ibict e pelo know-how acumulado pelo STJ na formatação de textos jurídicos – disse Renan.

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), afirmou que a iniciativa é uma revolução comparável apenas àquela promovida pela invenção dos tipos móveis criados pela im-



Ato reúne senadores Efraim (E) e Renan, além de Lobão (D, ao lado de Simone Bastos), e Tuma (C), entre Agaciel Maia e Francisco Peçanha

prensa de Gutemberg, há cinco séculos. Efraim fez um histórico das bibliotecas, lembrando que inicialmente eram utilizados blocos e argila, e, depois, suportes feitos a partir de plantas ou de pele de animais – o papiro e os pergaminhos – até chegar à era digital.

Emir Suaiden, do Ibict, salientou que o compartilhamento de recursos é capaz de propiciar um salto de desenvolvimento.

O ministro Francisco Peçanha, do STJ, lembrou o convênio da Biblioteca Oscar Saraiva, do tribunal, com a Secretaria Espe-

cial de Informática do Senado (Prodasen) que lhes possibilitou acesso a cerca de 1 milhão de documentos.

– O cidadão terá acesso à doutrina e à jurisprudência nacional – assinalou, em referência à Biblioteca Digital Jurídica.

A diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, enfatizou que a biblioteca digital subsidiará a ação parlamentar e do Judiciário.

A diretora explicou ainda que será possível às assembleias legislativas e às câmaras municipais compartilharem informações com a biblioteca.

Senado estará em mostra de tecnologia da informação

O Senado vai participar, entre terça e quinta-feira (27 a 29 de março), da 6ª Mostra de Soluções em Tecnologia da Informação e Comunicações

Aplicadas ao Setor Público, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. A Secretaria de Informática do Senado (Prodasen) faz parte do comitê técnico-científico do evento.

Dois especialistas do Senado estão entre os palestrantes: a diretora da Biblioteca, Simone Bastos Vieira, fala no dia 28, às 16h15, sobre biblioteca digital, e o diretor da Consultoria de Orçamento, Fábio Gondim, fala no dia 29, às 10h15, sobre o programa Siga Brasil.

Renan anuncia versão em braile do *Jornal do Senado*

Na abertura da exposição fotográfica Diversidade, realizada semana passada, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a tradução na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) da programação da TV Senado e a impressão em braile do *Jornal do Senado* semanal, que circula às segundas-feiras, como as próximas ações da instituição voltadas à inclusão dos portadores de deficiência.

– Através da contratação de profissionais cegos para revisar o jornal em braile estaremos expandindo o mercado de trabalho para os portadores de deficiência visual. O espaço físico no qual eles trabalharão já conta com instalações adequadas como isolamento acústico e infra-estrutura pertinente. Vamos adaptar o Plenário aos portadores de necessidades especiais instalando um elevador para a galeria e executando a sinalização mínima interna e externa para melhorar o acesso – antecipou.

Renan lembrou que o Sena-

do já investiu na aquisição de triciclos elétricos – disponíveis às pessoas com dificuldade de locomoção que visitam as instalações da Casa –, adaptou parte de suas instalações para facilitar o acesso e criou um serviço de acompanhamento às pessoas com deficiência.

Ele acrescentou que o serviço médico da Casa já conta com um núcleo de fonoaudiologia, especialidade que auxilia portadores de síndrome de Down a superar suas dificuldades de deglutição, respiração e aquisição de conhecimentos.

A exposição Diversidade fez parte da série de atividades que marcou o Dia Nacional da Síndrome de Down, quando foi lançada a campanha Aprendendo com as Diferenças (leia mais na pág. 18).

Helena Werneck, coordenadora do Instituto Meta Social, destacou que os eventos deram maior visibilidade à necessidade de conscientizar as pessoas em relação ao tema.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Anorexia nervosa

A auto-estima das pessoas anoréxicas depende em alto grau da forma e peso do seu corpo. Mais de 90% dos casos ocorrem em mulheres: a doença atinge de 0,5 a 1% delas e começa entre os 13 e 18 anos (a idade de maior risco é 17). A pessoa pára de se alimentar e quanto mais emagrece mais pensa que está gorda, percebendo sua aparência de forma completamente distorcida. Ela se pesa e se olha no espelho obsessivamente, percebendo a perda de peso como uma vitória e o ganho como um inaceitável fracasso. Muitas ainda provocam vômito ou usam laxantes, diuréticos ou enemas, e/ou exageram nos exercícios para emagrecer. Em geral não conseguem enxergar sua magreza e, mesmo sentindo as conseqüências da inanição, raramente percebem que o problema é a perda de peso.

Sintomas

As mulheres param de menstruar. Depressão, fobia social, insônia, queda de cabelo, anemia, desidratação, intestino preso, intolerância ao frio, osteoporose, temperatura e pressão baixas, problemas cardiovasculares e dentários e pele pálida, ressecada e "murcha" são sintomas da doença.

Evolução

Muitas pessoas se recuperam da anorexia, mas a maioria tem recaídas por longo tempo. Para outras a doença se torna crônica e cerca de 10% delas morrem, um índice de mortalidade 12 vezes maior do que o de todas as outras doenças que ocorrem em mulheres entre 15 e 24 anos de idade. As causas da morte podem ser inanição, infecções ou desequilíbrio de substâncias no sangue, ou todas essas juntas, ou ainda suicídio.

Aumentam os casos de transtornos alimentares

O primeiro transtorno alimentar foi identificado no século 17 (a "anorexia histérica"), e na época era raro encontrar um caso da doença. Hoje, com a valorização excessiva da aparência pelas modernas culturas ocidentais, que impõem a magreza como padrão de beleza, os casos têm aumentado assustadoramente.

Em países industrializados, 93% das mulheres e 82% dos homens estão preocupados com a aparência e trabalham para melhorá-la. Essa influência social – associada a fragilidades biológicas e emocionais e a um histórico familiar de transtornos psicológicos – faz com que as pessoas mais vulneráveis passem a achar impossível ser feliz com um corpo "feio" e desenvolvam uma relação doentia com a comida.

Desejar ardentemente ter um corpo perfeito não causa um problema emocional, mas aumenta a possibilidade de que ele apareça, especialmente na adolescência, quando a personalidade ainda não está plenamente formada. Os jovens começam a sentir que têm obrigação de ter uma aparência "perfeita" e "saudável", ainda que para isso tenham que sacrificar a saúde e o bem-estar. Chegam ao absurdo de considerar um "charme" a pessoa anoréxica ou bulímica. Na internet há, inclusive, grupos e sites que estimulam esses comportamentos doentios.

Bulimia nervosa

Assim como a anoréxica, a pessoa bulímica tem a auto-estima altamente ligada à sua aparência, que também percebe de forma totalmente distorcida. Mais de 90% dos casos ocorrem em mulheres: a doença começa no final da adolescência ou início da idade adulta e atinge de 1% a 3% delas. Mas, enquanto o anoréxico vai parando de comer, o bulímico tem crises em que come, às escondidas e exageradamente, doces e alimentos altamente calóricos – até 15 mil calorias numa refeição. Depois da crise, sente culpa, vergonha e medo de engordar, o que o leva a provocar vômito ou usar laxantes, diuréticos ou enemas, a jejuar ou a exagerar nos exercícios físicos, para aliviar o desconforto e o medo de engordar. O bulímico percebe sua falta de controle e sofre com isso.

Sintomas

As pessoas bulímicas em geral estão no peso normal, mas têm depressão, ansiedade e fobia social. Cerca de um terço abusa do álcool e dos estimulantes, na tentativa de controlar o apetite. As mulheres podem parar de menstruar. O vômito pode levar à perda dos dentes e a inflamação no esôfago.

Evolução

A compulsão periódica por comida freqüentemente começa durante ou após uma dieta. Também como na anorexia, o risco de desenvolver a doença é maior para os parentes em primeiro grau de pessoas bulímicas, anoréxicas ou com outro transtorno psicológico. A bulimia pode durar vários anos, tornando-se crônica ou intermitente, com fases de saúde e recaídas. O resultado da doença a longo prazo é desconhecido.



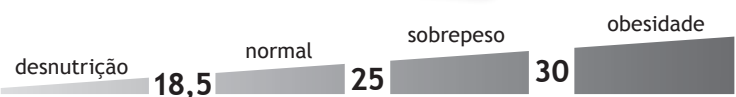
Comer compulsivo

À semelhança das bulímicas, as pessoas com o transtorno de comer compulsivamente perdem o controle durante os freqüentes ataques e só conseguem parar de comer quando se sentem fisicamente desconfortáveis. Mas, ao contrário das bulímicas, não usam métodos purgativos para eliminar os alimentos ingeridos, nem têm preocupação irracional com o peso e a forma do corpo. A maioria é obesa, e cerca de 30% fazem controle alimentar e de peso com acompanhamento médico. É considerada portadora desse transtorno a pessoa que tem ataques de comer compulsivo pelo menos duas vezes por semana, por um período mínimo de seis meses, em que:

- come muito mais rápido que o normal;
- come até sentir-se desconfortável fisicamente;
- ingere grandes quantidades de comida, mesmo estando sem fome;
- come sozinha, com vergonha da quantidade de comida ingerida;
- sente-se culpada e/ou deprimida após o episódio, o que a faz comer de novo.

Esse quadro está relacionado a outras graves doenças psiquiátricas, como depressão e transtornos de ansiedade, e atinge 2% da população.

→ O PESO IDEAL



O indicador mais usado é o índice de massa corporal (IMC)

$$IMC = \frac{\text{Peso em kg}}{(\text{Altura em m})^2}$$

A pessoa não deve pesar menos que 85% do peso considerado normal para sua idade e altura, ou seja, não deve ter um IMC igual ou inferior a 17,5.

É importante saber que esse indicador é apenas um guia e não uma verdade absoluta. O médico é quem tem condições, depois de uma análise completa, de dar um diagnóstico em relação ao peso e estado nutricional do paciente.

Tratamento

O tratamento busca restabelecer o equilíbrio do funcionamento do corpo, o peso considerado normal para a pessoa e, o mais difícil, a saúde mental e o comportamento alimentar adequado. Como esses transtornos são produtos de uma complexa interação entre aspectos biológicos, psicológicos, familiares e socioculturais, devem ser tratados por uma equipe composta por endocrinologista, psiquiatra, psicoterapeuta e nutricionista, em estreita cooperação.

O endocrinologista analisa o paciente fisicamente e pode prescrever remédios para o combate à desnutrição e eventuais infecções, e até optar pela internação. O psiquiatra decidirá se é necessário medicá-lo a fim de resgatar seu equilíbrio emocional. Já a psicoterapia visa tratar em profundidade o paciente, suas relações com a família, a sociedade e, principalmente, consigo mesmo, auxiliando na recuperação da auto-estima, oferecendo um caminho para a descoberta das causas do problema e permitindo traçar estratégias e desenvolver habilidades para melhor lidar com os desequilíbrios emocionais.

Você sabia que as pessoas que abusam da musculação também têm uma percepção distorcida da imagem corporal e sofrem de um transtorno obsessivo-compulsivo chamado vigorexia?



Saiba mais → → → → → → → → → → → → → → → →

DSM IV - Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria
www.psiqweb.med.br/dsm/dsm.html
www.psiqweb.med.br/dsm/alimen.html

Ambulim - Ambulatório de Bulimia e Transtornos Alimentares do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo
www.ambulim.org.br/carac_ta/index.html

Psiquiatria na Prática Médica - Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo
www.unifesp.br/dpsiq/polbr/ppm/atu1_06.htm

Psiquiatria - Psiquiatria Geral
virtualpsy.locaweb.com.br/index.php